

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	20
DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.031.549.574
Preferenciais	0
Total	2.031.549.574
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	8.984.731	8.765.497
1.01	Ativo Circulante	1.205.277	1.186.762
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.518	169.392
1.01.02	Aplicações Financeiras	731.730	629.081
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	731.730	629.081
1.01.02.01.03	Investimento de curto prazo	731.730	629.081
1.01.03	Contas a Receber	259.287	277.500
1.01.03.01	Clientes	259.287	277.500
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	259.287	277.500
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.558	57.076
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.558	57.076
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	62.244	55.421
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	1.314	1.655
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.184	53.713
1.01.08.03	Outros	54.184	53.713
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	5.270	0
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	1.997	20.881
1.01.08.03.04	Outros ativos	46.917	32.832
1.02	Ativo Não Circulante	7.779.454	7.578.735
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.357	164.736
1.02.01.07	Tributos Diferidos	154.660	111.478
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	70.697	53.258
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	33.323	23.287
1.02.01.10.06	Outros ativos	26.310	29.971
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.064	0
1.02.02	Investimentos	4.509.027	4.222.074
1.02.02.01	Participações Societárias	4.509.027	4.222.074
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.509.027	4.222.074
1.02.03	Imobilizado	2.317.573	2.396.860
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.178.325	2.188.901
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.177.747	2.188.323
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	578	578
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.423	5.830
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Sede Administrativa	4.423	5.830
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	134.825	202.129
1.02.04	Intangível	727.497	795.065
1.02.04.01	Intangíveis	727.497	795.065
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	16.373	17.941
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	665.856	729.255
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	45.268	47.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	8.984.731	8.765.497
2.01	Passivo Circulante	1.520.312	1.027.390
2.01.02	Fornecedores	161.043	159.339
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	161.043	159.339
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	161.043	159.339
2.01.03	Obrigações Fiscais	41.451	41.392
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.923	22.497
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.789	0
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	20.134	22.497
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.528	18.895
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	14.528	18.895
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.018.927	657.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	940.076	341.887
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.993	57.175
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	880.083	284.712
2.01.04.02	Debêntures	78.851	315.717
2.01.04.02.01	Debêntures	78.851	315.717
2.01.05	Outras Obrigações	291.439	161.801
2.01.05.02	Outros	291.439	161.801
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	158.926	8.926
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	17.240	21.232
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.318	80.693
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	1.884	2.422
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	55.071	48.528
2.01.06	Provisões	7.452	7.254
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.452	7.254
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	7.452	7.254
2.02	Passivo Não Circulante	4.837.452	4.840.774
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.589.638	4.444.025
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	614.466	1.096.192
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	110.418	146.879
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	504.048	949.313
2.02.01.02	Debêntures	3.975.172	3.347.833
2.02.01.02.01	Debêntures	3.975.172	3.347.833
2.02.02	Outras Obrigações	173.476	333.021
2.02.02.02	Outros	173.476	333.021
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	19.669	20.005
2.02.02.02.04	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	105.109	104.007
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	18.835	16.773
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.863	192.236
2.02.04	Provisões	74.338	63.728
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.338	63.728
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	74.338	63.728
2.03	Patrimônio Líquido	2.626.967	2.897.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.823.775	1.799.262

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.02	Reservas de Capital	47.006	71.519
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	73.138	97.651
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.699	4.699
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	9.405
2.03.02.09	Perda em transação de aquisição sob controle comum	-40.500	-40.500
2.03.04	Reservas de Lucros	488.468	688.468
2.03.04.01	Reserva Legal	138.227	138.227
2.03.04.02	Reserva Estatutária	166.961	166.961
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	183.280	383.280
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-47.122	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	314.840	338.084
2.03.08.01	Plano de previdência privada e programa de incentivo a aposentadoria	-57.475	-57.475
2.03.08.03	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-12.501	-12.571
2.03.08.04	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-37.309	-54.683
2.03.08.05	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	430.914	468.340
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	-8.789	-5.527

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	720.844	1.920.291	565.754	1.603.847
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-628.524	-1.481.395	-436.954	-1.121.676
3.03	Resultado Bruto	92.320	438.896	128.800	482.171
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.152	-174.810	12.190	-12.182
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.459	-121.590	-41.331	-121.442
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149	-27.102	4.756	-5.022
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.456	-26.118	48.765	114.282
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.168	264.086	140.990	469.989
3.06	Resultado Financeiro	-123.841	-391.291	-121.122	-423.964
3.06.01	Receitas Financeiras	30.250	79.115	38.883	105.835
3.06.02	Despesas Financeiras	-154.091	-470.406	-160.005	-529.799
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-65.673	-127.205	19.868	46.025
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.754	42.657	9.679	13.456
3.08.01	Corrente	6.083	-9.475	-987	-6.328
3.08.02	Diferido	13.671	52.132	10.666	19.784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.919	-84.548	29.547	59.481
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-45.919	-84.548	29.547	59.481
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02273	-0,04185	0,01467	0,02953
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02273	-0,04185	0,01467	0,02953

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-45.919	-84.548	29.547	59.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	23.072	14.182	6.083	13.844
4.02.05	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	46	70	-2.422	-2.398
4.02.06	Hedge de fluxo de caixa	39.564	26.325	13.441	25.426
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-13.451	-8.950	-4.572	-8.647
4.02.08	Opção de recompra de participação acionária	-3.087	-3.263	-364	-537
4.03	Resultado Abrangente do Período	-22.847	-70.366	35.630	73.325

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	187.336	76.642
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	514.055	509.719
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) do período	-84.548	59.481
6.01.01.02	Depreciação e amortização	231.518	217.707
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	168.026	123.586
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	8.630	-19.343
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	283.850	385.116
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	643	639
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-64.672	-103.022
6.01.01.10	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	7.642	8.948
6.01.01.11	Baixa de bens do ativo	0	24
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	-7.088	-143.633
6.01.01.16	Tributos e contribuições sociais diferidos	-52.132	-19.784
6.01.01.19	Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	22.186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.780	-118.873
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	18.213	-36.765
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	27.275	-2.761
6.01.02.04	Outros ativos	-805	8.793
6.01.02.05	Fornecedores	1.704	25.702
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.475	6.328
6.01.02.07	Outros tributos a pagar	-9.416	0
6.01.02.08	Encargos setoriais	-3.992	0
6.01.02.10	Outras obrigações	8.326	-120.170
6.01.03	Outros	-377.499	-314.204
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-301.867	-277.289
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-643	-639
6.01.03.04	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-27.640	-24.274
6.01.03.06	Pagamento de processos judiciais e outros	-1	-1.069
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	48.978	30.483
6.01.03.09	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-89.786	-41.135
6.01.03.10	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-6.540	-281
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-382.520	335.283
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-53.759	-55.501
6.02.02	(Aumento) redução de capital em controladas, controladas em conjunto e coligadas	-342.780	299.130
6.02.03	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-22.186	-5.581
6.02.13	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	19.308	15.345
6.02.16	Dividendos recebidos	16.897	81.890
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	122.310	-411.471
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	600.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-269.718	-248.289
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-50.000	-4

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-1.860	-1.460
6.03.06	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-20.522	0
6.03.09	Liquidação de instrumento derivativo	-127.952	-159.395
6.03.12	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-7.638	-2.323
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-72.874	454
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	169.392	780
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.518	1.234

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.799.262	71.519	688.468	0	338.084	2.897.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.799.262	71.519	688.468	0	338.084	2.897.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.513	-24.513	-200.000	0	0	-200.000
5.04.01	Aumentos de Capital	24.513	-24.513	0	0	0	0
5.04.08	Distribuição de dividendos adicionais propostos	0	0	-200.000	0	0	-200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.548	14.182	-70.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.548	0	-84.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.182	14.182
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.426	-37.426	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	56.706	-56.706	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-19.280	19.280	0
5.07	Saldos Finais	1.823.775	47.006	488.468	-47.122	314.840	2.626.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.799.262	71.519	512.257	0	346.743	2.729.781
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.799.262	71.519	512.257	0	346.743	2.729.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4	0	-4
5.04.08	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Resgatados	0	0	0	-4	0	-4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.481	13.844	73.325
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.481	0	59.481
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.844	13.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38.729	-38.729	0
5.06.07	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	58.680	-58.680	0
5.06.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-19.951	19.951	0
5.07	Saldos Finais	1.799.262	71.519	512.257	98.206	321.858	2.803.102

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 30/09/2024	01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	2.382.520	2.058.290
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.305.259	1.993.766
7.01.02	Outras Receitas	5.615	6.561
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	71.646	57.963
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.401.394	-972.092
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.152.592	-801.499
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-100.395	-130.006
7.02.04	Outros	-148.407	-40.587
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-148.407	-40.587
7.03	Valor Adicionado Bruto	981.126	1.086.198
7.04	Retenções	-201.646	-239.905
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-201.646	-210.554
7.04.02	Outras	0	-29.351
7.04.02.02	Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	0	-29.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	779.480	846.293
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	56.883	254.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.118	143.633
7.06.02	Receitas Financeiras	83.001	111.167
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	836.363	1.101.093
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	836.363	1.101.093
7.08.01	Pessoal	144.056	143.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	134.658	129.916
7.08.01.02	Benefícios	3.128	7.171
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.270	6.584
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	305.810	367.197
7.08.02.01	Federais	170.607	205.663
7.08.02.02	Estaduais	134.538	161.025
7.08.02.03	Municipais	665	509
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	471.045	530.744
7.08.03.01	Juros	470.406	529.799
7.08.03.02	Aluguéis	639	945
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-84.548	59.481
7.08.04.02	Dividendos	0	4
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.548	59.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	11.259.459	10.984.130
1.01	Ativo Circulante	1.998.841	1.741.462
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	135.328	227.692
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.261.935	968.263
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.261.935	968.263
1.01.02.01.03	Investimentos de curto prazo	1.261.935	968.263
1.01.03	Contas a Receber	360.180	337.071
1.01.03.01	Clientes	360.180	337.071
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	360.180	337.071
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.123	76.207
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.123	76.207
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	97.475	72.859
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	2.648	3.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	141.275	132.229
1.01.08.03	Outros	141.275	132.229
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	5.270	0
1.01.08.03.02	Conta de ressarcimento	2.929	9.718
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	11.222	35.258
1.01.08.03.04	Outros ativos	121.854	87.253
1.02	Ativo Não Circulante	9.260.618	9.242.668
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	668.008	522.664
1.02.01.07	Tributos Diferidos	171.048	125.876
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	496.960	396.788
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	421.812	347.842
1.02.01.10.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.610	9.032
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	2.004	7.854
1.02.01.10.06	Outros ativos	31.470	32.060
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.064	0
1.02.02	Investimentos	1.411.193	1.278.747
1.02.02.01	Participações Societárias	1.411.193	1.278.747
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.411.193	1.278.747
1.02.03	Imobilizado	6.205.242	6.348.930
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.724.338	5.697.534
1.02.03.01.01	Imobilizado em serviço	5.723.760	5.696.956
1.02.03.01.02	Imóveis destinados a uso futuro	578	578
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	95.106	98.546
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	90.683	92.716
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Sede Administrativa	4.423	5.830
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	385.798	552.850
1.02.04	Intangível	976.175	1.092.327
1.02.04.01	Intangíveis	976.175	1.092.327
1.02.04.01.02	Uso do bem público	16.373	17.941
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	236.716	287.145
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	665.855	729.255

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1.02.04.01.05	Software e outros intangíveis	57.231	57.986

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	11.259.459	10.984.130
2.01	Passivo Circulante	1.668.012	1.284.788
2.01.02	Fornecedores	202.254	210.753
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	202.254	210.753
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	202.254	210.753
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.520	61.484
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.818	40.862
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.783	13.117
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	24.035	27.745
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.702	20.622
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	17.702	20.622
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.092.072	731.385
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	988.371	390.262
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	108.288	105.549
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	880.083	284.713
2.01.04.02	Debêntures	103.701	341.123
2.01.04.02.01	Debêntures	103.701	341.123
2.01.05	Outras Obrigações	305.714	273.912
2.01.05.02	Outros	305.714	273.912
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	158.926	8.926
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	17.561	21.527
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.318	80.693
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	5.987	92.594
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	4.788	5.529
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	60.134	64.643
2.01.06	Provisões	7.452	7.254
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.452	7.254
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	7.452	7.254
2.02	Passivo Não Circulante	5.889.644	5.764.495
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.893.992	4.789.909
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	907.670	1.420.600
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	403.622	471.287
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	504.048	949.313
2.02.01.02	Debêntures	3.986.322	3.369.309
2.02.01.02.01	Debêntures	3.986.322	3.369.309
2.02.02	Outras Obrigações	918.695	908.138
2.02.02.02	Outros	918.695	908.138
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	106.830	107.849
2.02.02.02.04	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	105.109	104.007
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	76.909	69.085
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.863	192.236
2.02.02.02.09	Conta de ressarcimento	599.984	434.961
2.02.03	Tributos Diferidos	985	1.466
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	985	1.466
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	985	1.466

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04	Provisões	75.972	64.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	75.972	64.982
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	75.972	64.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.701.803	3.934.847
2.03.01	Capital Social Realizado	1.823.775	1.799.262
2.03.02	Reservas de Capital	47.006	71.519
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	73.138	97.651
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.699	4.699
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	9.405
2.03.02.09	Perda em transação de aquisição sob controle comum	-40.500	-40.500
2.03.04	Reservas de Lucros	488.468	688.468
2.03.04.01	Reserva Legal	138.227	138.227
2.03.04.02	Reserva Estatutária	166.961	166.961
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	183.280	383.280
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-47.122	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	314.840	338.084
2.03.08.01	Plano de previdência privada e programa de incentivo a aposentadoria	-57.475	-57.475
2.03.08.03	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-12.501	-12.571
2.03.08.04	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-37.309	-54.683
2.03.08.05	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	430.914	468.340
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	-8.789	-5.527
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.074.836	1.037.514

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	948.470	2.449.197	808.695	2.166.719
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-773.957	-1.857.126	-551.646	-1.436.531
3.03	Resultado Bruto	174.513	592.071	257.049	730.188
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-74.784	-253.170	-39.832	-116.499
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.506	-125.132	-42.289	-127.994
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.004	-29.308	4.207	-2.654
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-34.274	-98.730	-1.750	14.149
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	99.729	338.901	217.217	613.689
3.06	Resultado Financeiro	-113.468	-351.736	-115.063	-379.333
3.06.01	Receitas Financeiras	52.901	149.955	59.722	171.218
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.369	-501.691	-174.785	-550.551
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.739	-12.835	102.154	234.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.233	12.543	-808	-27.982
3.08.01	Corrente	-6.449	-42.060	-10.385	-49.879
3.08.02	Diferido	12.682	54.603	9.577	21.897
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.506	-292	101.346	206.374
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.506	-292	101.346	206.374
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-45.919	-84.548	29.547	59.481
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	38.413	84.256	71.799	146.893
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02273	-0,04185	0,01467	0,02953
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02273	-0,04185	0,01467	0,02953

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.506	-292	101.346	206.374
4.02	Outros Resultados Abrangentes	23.214	14.395	6.225	14.057
4.02.06	Hedge de fluxo de caixa	39.752	26.608	11.161	23.241
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-13.451	-8.950	-4.572	-8.647
4.02.08	Opção de recompra de participação acionária	-3.087	-3.263	-364	-537
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	15.708	14.103	107.571	220.431
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-22.847	-70.366	35.630	73.325
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	38.555	84.469	71.941	147.106

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 30/09/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	258.913	950.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	825.520	900.952
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) do período	-292	206.374
6.01.01.02	Depreciação e amortização	383.041	376.997
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	153.481	113.074
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	8.911	-19.175
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	293.238	377.942
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	7.901	7.625
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-97.295	-141.463
6.01.01.10	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	7.642	8.948
6.01.01.11	Baixa de bens do ativo	2.580	6.676
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	98.730	-14.149
6.01.01.16	Tributos e contribuições sociais diferidos	-54.603	-21.897
6.01.01.19	Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	22.186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.555	110.811
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-23.109	-20.526
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	27.989	-10.810
6.01.02.04	Outros ativos	-47.312	-61.728
6.01.02.05	Fornecedores	-8.499	66.357
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a pagar	42.060	49.879
6.01.02.07	Outros tributos a pagar	-43.024	0
6.01.02.08	Encargos setoriais	-3.966	0
6.01.02.09	Conta de ressarcimento	84.570	112.984
6.01.02.10	Outras obrigações	-44.264	-25.345
6.01.03	Outros	-551.052	-61.543
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-307.803	-259.576
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-7.901	-7.625
6.01.03.04	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-28.647	-24.274
6.01.03.06	Pagamento de processos judiciais e outros	-1	-1.069
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	77.026	82.060
6.01.03.09	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-277.186	149.222
6.01.03.10	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-6.540	-281
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-377.548	-245.214
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-146.991	-255.968
6.02.02	(Aumento) redução de capital em controladas, controladas em conjunto e coligadas	-237.680	0
6.02.03	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-22.186	-5.581
6.02.13	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	29.309	16.335
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.271	-725.837
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	600.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-316.274	-295.622
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-50.000	-153.946

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-4.629	-4.101
6.03.06	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-22.361	-119
6.03.09	Liquidação de instrumento derivativo	-127.952	-159.395
6.03.11	Redução de capital em controladas	0	-103.216
6.03.12	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-52.513	-9.438
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-92.364	-20.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	227.692	36.114
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.328	15.283

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.799.262	71.519	688.468	0	338.084	2.897.333	1.037.514	3.934.847
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.799.262	71.519	688.468	0	338.084	2.897.333	1.037.514	3.934.847
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.513	-24.513	-200.000	0	0	-200.000	-47.147	-247.147
5.04.01	Aumentos de Capital	24.513	-24.513	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Distribuição de dividendos adicionais propostos	0	0	-200.000	0	0	-200.000	-37.117	-237.117
5.04.09	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-10.030	-10.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.548	14.182	-70.366	84.469	14.103
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.548	0	-84.548	84.256	-292
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.182	14.182	213	14.395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.426	-37.426	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	56.706	-56.706	0	0	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-19.280	19.280	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.823.775	47.006	488.468	-47.122	314.840	2.626.967	1.074.836	3.701.803

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.799.262	71.519	512.257	0	346.743	2.729.781	1.157.868	3.887.649
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.799.262	71.519	512.257	0	346.743	2.729.781	1.157.868	3.887.649
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4	0	-4	-257.158	-257.162
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-4	0	-4	0	-4
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-153.942	-153.942
5.04.14	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.481	13.844	73.325	147.106	220.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.481	0	59.481	146.893	206.374
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.844	13.844	213	14.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38.729	-38.729	0	0	0
5.06.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	58.680	-58.680	0	0	0
5.06.09	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	0	-19.951	19.951	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.799.262	71.519	512.257	98.206	321.858	2.803.102	1.047.816	3.850.918

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	3.053.555	2.874.581
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.882.847	2.573.959
7.01.02	Outras Receitas	6.542	37.971
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	164.166	262.651
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.691.796	-1.238.506
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.238.814	-832.324
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-345.886	-355.213
7.02.04	Outros	-107.096	-50.969
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.361.759	1.636.075
7.04	Retenções	-386.401	-465.300
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-386.401	-465.300
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	975.358	1.170.775
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.515	191.378
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-98.730	14.149
7.06.02	Receitas Financeiras	154.245	177.229
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.030.873	1.362.153
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.030.873	1.362.153
7.08.01	Pessoal	144.723	144.234
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.289	130.443
7.08.01.02	Benefícios	3.142	7.186
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.292	6.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	383.439	459.929
7.08.02.01	Federais	226.506	278.805
7.08.02.02	Estaduais	156.249	180.142
7.08.02.03	Municipais	684	982
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	503.003	551.616
7.08.03.01	Juros	501.691	550.551
7.08.03.02	Aluguéis	1.312	1.065
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-292	206.374
7.08.04.02	Dividendos	0	4
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.548	59.477
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	84.256	146.893

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

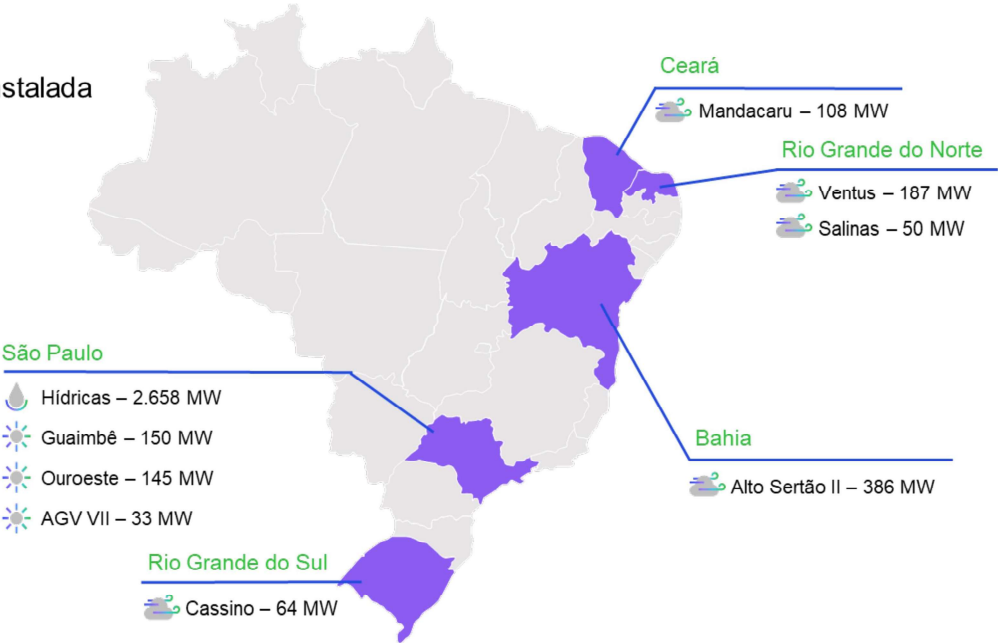
PERFIL CORPORATIVO

A AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) investe há 25 anos no país e é uma geradora de energia elétrica com portfólio diversificado e 100% renovável que totaliza 5,2 GW de capacidade instalada.

A **AES Brasil Operações** (“AES Operações” ou “Companhia”) é **subsidiária direta da AES Brasil** e possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável. As usinas hídricas, eólicas e solares da Companhia totalizam 3,8 GW de capacidade instalada.



3,8 GW
Capacidade instalada



Comentário do Desempenho

PORTFÓLIO

FONTE EÓLICA

Complexos Eólicos	Contrato O&M	Fim do Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO					795,6	338,7	328,0				
Alto Sertão II - BA					386,1	184,4	177,1				
LER 2010	OSA GE	2024 a 2026	100%	2014	167,7	83,2	73,5	set.-13	ago.-33	260,72	2046
LEN 2011	OSA GE	2024 a 2026	100%	2015	218,4	101,2	103,6	jan.-16	dez.-35	204,25	2047
Ventus - RN					187,0	65,8	58,3				
LER 2009	Interno	0	100%	2014	187,0	65,8	58,3	jul.-12	jun.-32	336,82	2045
Mandacaru e Salinas - CE/RN					158,5	64,3	66,3				
LER 2009	Interno	0,00	100%	2014	94,5	39,1	34,9	jul.-12	jun.-32	335,26	2045
LEN 2011	Interno	0,00	100%	2014	64,0	25,2	31,4	nov.-14	ago.-34	218,40	2047
Cassino - RS					64,0	24,2	26,4				
LFA 10	FSA SGRE	2025	100%	2015	64,0	24,2	26,4	jan.-15	dez.-34	296,19	2046

1 – Data base: setembro/24.

FONTE SOLAR

Complexos Solares	Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				328,3	64,9	65,3				
Guaibê – SP				150,0	29,5	29,5				
LER 2014	Interno	100%	2018	150,0	29,5	29,5	out.-17	set.-37	365,90	2050
Ouroeste – SP				178,3	43,6	35,8				
Boa Hora – LER 2015	Interno	100%	2019	69,1	15,9	15,9	nov.-18	out.-38	440,32	2051
Água Vermelha – LEN 2017	Interno	100%	2019	76,0	19,5	19,9	jan.-21	dez.-40	200,53	2053
AGV VII	Interno	100%	2024	33,2	8,2					2056

1- Data base: setembro/24.

Comentário do Desempenho

FONTE HÍDRICA

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (Bruta, MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1.396,2	694,5	ago.-32
Bariri	SP	Tietê	143,1	59,6	jul.-32
Barra Bonita	SP	Tietê	140,8	46,7	mai.-32
Caconde	SP	Rio Grande	80,4	32,5	mai.-32
Eudides da Cunha	SP	Rio Grande	108,8	47,1	jun.-32
Ibitinga	SP	Tietê	131,5	66,8	ago.-32
Limoeiro	SP	Rio Grande	32,0	14,3	jul.-32
Nova Avanhandava	SP	Tietê	347,4	125,5	mai.-32
Promissão	SP	Tietê	264,0	93,9	set.-32
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	7,2	4,0	jul.-32
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	3,0	1,3	jun.-36
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	4,0	1,6	jun.-36
Total Portfólio Hídrico			2.658,4	1.187,8	

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO CONSOLIDADA

Geração (GWh)	9M23	9M24	Var
TOTAL	11.157,4	8.210,2	-26,4%
Hídricas	8.958,3	6.197,4	-30,8%
Eólicas	1.781,9	1.609,8	-9,7%
Solares	417,2	403,0	-3,4%

GERAÇÃO HÍDRICA

Estrutura do Sistema

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico. **As usinas da AES Brasil representam, aproximadamente, 2% de toda a garantia física hídrica que compõe o MRE.**

Em 2024, a Companhia optou por **não seguir a alocação do MRE para a UHE Água Vermelha (695 MWm de Garantia Física)**, que representa 58% da garantia física hídrica total no portfólio da AES Brasil, enquanto as demais usinas hídricas seguiram a sazonalização do sistema.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e foi **menor nos nove primeiros meses de 2024 (9M24)** se comparado ao mesmo período de 2023, com a finalidade de preservar os reservatórios em níveis confortáveis no cenário de afluência abaixo das expectativas.

Comentário do Desempenho

A **afluência média do Sistema Interligado Nacional (SIN)** foi de **72% da MLT¹ no 9M24** (vs 98% no 9M23). Como resultado de um período úmido com chuvas inferiores à MLT, os reservatórios do Brasil registraram uma redução nos seus volumes úteis no período (média de 66% no 9M24 vs 82% no 9M23).

Segundo dados do ONS, a **carga² média de energia do SIN atingiu 72 GWm no 9M24**, 5% superior ao 9M23 em decorrência da retomada gradual da atividade econômica, aliada a temperaturas acima da média acarretadas pelo fenômeno meteorológico/oceânico El Niño.

Como consequência dos fatores mencionados, o **GSF foi de 90% no 9M24**, inferior ao mesmo período do ano anterior (92%). No acumulado do ano, o **Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)** médio para o submercado SE/CO foi de R\$ 98,14/MWh. Entre os meses de junho e setembro de 2024, houve um aumento no PLD que reflete a redução dos níveis dos reservatórios e a menor afluência do período, aliada ao maior despacho térmico observado (6 GWm no 9M24 vs 5 GWm no 9M23, atingindo mais de 10 GWm no mês de setembro, maior despacho mensal desde o janeiro de 2022).

Desempenho AES Operações

Como reflexo do cenário hidrológico do período, o **volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da AES Brasil atingiu 6.197 GWh no 9M24**, 31% abaixo do registrado no mesmo período de 2023 (8.958 GWh).

No caso das usinas participantes do MRE, um dos principais balizadores do desempenho operacional é o índice de disponibilidade. As usinas hidrelétricas da AES Brasil apresentaram **disponibilidade média de 96% em 2024 até setembro**.

GERAÇÃO EÓLICA

A **geração eólica bruta atingiu 1.610 GWh no 9M24**, 10% inferior ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho é explicado por recursos mais fracos, com redução de 3% na velocidade média dos ventos em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tal efeito afetou principalmente o desempenho dos parques eólicos entre os meses de janeiro e abril.

Em relação à disponibilidade dos ativos, vale destacar a aceleração das manutenções realizadas no plano de *turnaround* ao longo dos primeiros meses de 2024, período de baixa safra de ventos, que resultou no aumento de 4 p.p. na disponibilidade consolidada dos ativos no 9M24 se comparado ao mesmo período de 2023.

Por fim, vale mencionar a intensificação do *curtailment* registrado no portfólio eólico da Companhia, totalizando 219 GWh no 9M24 (vs 62 GWh no 9M23), sendo aproximadamente 48% deste volume registrado em Alto Sertão II, localizado na Bahia.

A partir de 17 de setembro, o ONS implementou uma nova metodologia para restrição de geração, adotando uma abordagem mais regionalizada que prioriza áreas com maior sobrecarga no sistema elétrico. Segundo o Operador, a nova metodologia aumenta a confiabilidade do SIN e permite uma distribuição mais equilibrada das restrições de geração, evitando que sejam concentradas em um grupo específico de geradores ou em determinadas regiões. Cabe destacar que a nova metodologia implementada trouxe uma redução significativa nos cortes a partir da segunda metade de setembro.

GERAÇÃO SOLAR

Os complexos solares registraram **geração bruta de 403 GWh no 9M24**, redução de 3% em relação ao 9M23 (417 GWh).

¹ Média de Longo Termo.

² Carga não considera a Geração Distribuída em Micro e Mini Escala.

Comentário do Desempenho

De maneira geral, os indicadores operacionais das usinas solares permanecem em patamares de excelência operacional, com disponibilidade média consolidada de 99% no acumulado do ano. A irradiância aumentou 4% no 9M24 em comparação com o 9MS3, uma vez que a região onde os complexos estão localizado foi menos afetada por dias chuvosos e/ou com maior nebulosidade, fatores que comprometem esse indicador.

Adicionalmente, a geração das usinas solares foi influenciada pela redução de eficiência dos módulos acarretada pela sujeira, cuja intensidade é particularmente agravada pelo clima seco na região, aumentando a deposição de poeira e partículas sobre os painéis solares. Para contornar a situação, a Companhia adquiriu dois novos equipamentos de limpeza cerca de cinco vezes mais eficientes do que os anteriores, otimizando a manutenção dos módulos e a eficiência da geração de energia.

Ainda, é importante mencionar que, por estarem localizadas no estado de São Paulo, as usinas solares da AES Brasil se beneficiam de uma demanda energética constante e elevada em função da industrialização e densidade demográfica da região, além de uma maior robustez da infraestrutura de rede. Combinados, estes fatores reduzem a probabilidade de *curtailment* se comparado às usinas localizadas nas demais regiões do país. No entanto, as restrições registradas totalizaram 22 GWh no acumulado do ano.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

AES Operações Consolidado - R\$ mil	9M24	9M23	Var
Receita operacional líquida	2.449.197	2.166.719	13%
Custo de produção de energia	(1.145.749)	(769.369)	49%
Margem Operacional	1.303.448	1.397.350	-7%
Custos Operacionais	(329.281)	(290.378)	13%
Despesas Gerais e administrativas	(124.187)	(127.781)	-3%
Outras (despesas) receitas operacionais	(29.308)	(2.654)	1.004%
Custos & Despesas	(482.776)	(420.813)	15%
Depreciação e Amortização	(383.041)	(376.997)	2%
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(865.817)	(797.810)	9%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	437.631	599.540	-27%
Receitas financeiras	149.955	171.218	-12%
Despesas financeiras	(501.691)	(550.551)	-9%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(351.736)	(379.333)	-7%
Resultado de equivalência patrimonial	(98.730)	14.149	-798%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-12.835	234.356	-106%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.060)	(49.879)	-16%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.603	21.897	149%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12.543	(27.982)	-145%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-292	206.374	-100%
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(84.548)	59.481	-242%
Atribuído a acionistas não controladores	84.256	146.893	-43%

Comentário do Desempenho

RECEITA E MARGEM LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R\$ 2.449.197 mil no 9M24, aumento de 13% em comparação ao 9M23 (R\$ 2.166.719 mil). No período, a margem operacional líquida³ totalizou R\$ 1.303.448 mil, 7% inferior ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1.397.350 mil), refletindo:

- **Hídrica:** a redução entre os períodos reflete, principalmente, os maiores custos com compra de energia, uma vez que o portfólio hídrico foi equalizado para uma geração maior do que a realizada pelas usinas do portfólio no período, reflexo da maior incidência de curtailment nos ativos eólicos, além do menor despacho em função do contexto hidrológico atual. Adicionalmente, houve a contabilização de receita não recorrente de cerca contabilizada 1S23 referente ao volume de exportação de Energia Vertida Turbinável.
- **Eólica:** margem líquida influenciada pela menor velocidade dos ventos no período (-3%), principalmente influenciada pelo regime de ventos do 1º trimestre do ano. Em contrapartida, a disponibilidade média dos complexos eólicos da Companhia aumentou 4 p.p. no 9M24 em comparação ao 9M23.
- **Solar:** a variação reflete a atualização anual por inflação dos contratos regulados, parcialmente compensada pela redução da eficiência dos módulos acarretada pela sujeira devida ao tempo seco, conforme mencionado acima.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas (ex-depreciação e amortização) somaram R\$ 482.776 mil no acumulado de 2024 contra R\$ 420.813 mil no mesmo período de 2023. Além do impacto da inflação entre os períodos, a evolução do trimestre é explicada, sobretudo, por eventos não recorrentes contabilizados em 2024 até setembro.

Dentre os eventos não recorrentes de 2024, destaque para despesas com a combinação de negócios entre a AES Brasil e Auren, provisão de processo, despesas com a manutenção bianual das eclusas, além do ajuste do preço de compra do Complexo Eólico Alto Sertão em função do melhor desempenho do parque se comparado ao cenário base de aquisição. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo recebimento de massa falida do Banco Santos.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado 9M24 foi negativo em R\$ 351.736 mil, em comparação com o montante negativo de R\$ 379.333 mil registrado no 9M23.

As receitas financeiras somaram R\$ 149.955 mil em 2024, inferior à 2023 (R\$ 171.218 mil), reflexo do menor rendimento de aplicações financeiras em função do menor CDI médio registrado (CDI médio 9M24: 10,73% e 9M23: 13,52%).

As despesas financeiras somaram R\$ 501.691 mil no acumulado do ano (vs R\$ 550.551 mil no 9M23). Assim como a receita, as despesas financeiras também foram influenciadas menor CDI no período.

LUCRO LÍQUIDO

Em função dos fatores mencionados acima, a AES Operações registrou um prejuízo líquido de R\$ 292 mil no acumulado de 2024, redução se comparado ao 9M23 (R\$ 206.374 mil).

³ Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	96.518	169.392	135.328	227.692
Investimentos de curto prazo	3	731.730	629.081	1.261.935	968.263
Contas a receber de clientes	4	259.287	277.500	360.180	337.071
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	62.244	55.421	97.475	72.859
Outros tributos a recuperar	5	1.314	1.655	2.648	3.348
Instrumentos financeiros derivativos	29	5.270	—	5.270	—
Cauções e depósitos vinculados	7	1.997	20.881	11.222	35.258
Conta de ressarcimento	8	—	—	2.929	9.718
Outros ativos	9	46.917	32.832	121.854	87.253
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.205.277	1.186.762	1.998.841	1.741.462
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	—	—	30.610	9.032
Tributos diferidos	6	154.660	111.478	171.048	125.876
Cauções e depósitos vinculados	7	33.323	23.287	421.812	347.842
Instrumentos financeiros derivativos	29	11.064	—	11.064	—
Conta de ressarcimento	8	—	—	2.004	7.854
Outros ativos	9	26.310	29.971	31.470	32.060
Investimentos em controladas e joint ventures	10	4.509.027	4.222.074	1.411.193	1.278.747
Imobilizado, líquido	11	2.317.573	2.396.860	6.205.242	6.348.930
Intangível, líquido	12	727.497	795.065	976.175	1.092.327
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.779.454	7.578.735	9.260.618	9.242.668
TOTAL DO ATIVO		8.984.731	8.765.497	11.259.459	10.984.130

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	161.043	159.339	202.254	210.753
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.018.927	657.604	1.092.072	731.385
Passivo de arrendamento	16	1.884	2.422	4.788	5.529
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	6.789	—	18.783	13.117
Outros tributos a pagar	14	34.662	41.392	41.737	48.367
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28	158.926	8.926	158.926	8.926
Provisões para processos judiciais e outros	18	7.452	7.254	7.452	7.254
Instrumentos financeiros derivativos	29	58.318	80.693	58.318	80.693
Encargos setoriais	19	17.240	21.232	17.561	21.527
Conta de ressarcimento	8	—	—	5.987	92.594
Outras obrigações	20	55.071	48.528	60.134	64.643
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.520.312	1.027.390	1.668.012	1.284.788
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.589.638	4.444.025	4.893.992	4.789.909
Passivo de arrendamento	16	19.669	20.005	106.830	107.849
Tributos diferidos	6	—	—	985	1.466
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	105.109	104.007	105.109	104.007
Provisões para processos judiciais e outros	18	74.338	63.728	75.972	64.982
Instrumentos financeiros derivativos	29	29.863	192.236	29.863	192.236
Conta de ressarcimento	8	—	—	599.984	434.961
Outras obrigações	20	18.835	16.773	76.909	69.085
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.837.452	4.840.774	5.889.644	5.764.495
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	21	1.823.775	1.799.262	1.823.775	1.799.262
Reserva de capital	21.1	47.006	71.519	47.006	71.519
Reserva de lucros	21.1	488.468	688.468	488.468	688.468
Outros resultados abrangentes	21.1	314.840	338.084	314.840	338.084
Prejuízos acumulados		(47.122)	—	(47.122)	—
Subtotal		2.626.967	2.897.333	2.626.967	2.897.333
Participação de acionistas não controladores	21	—	—	1.074.836	1.037.514
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.626.967	2.897.333	3.701.803	3.934.847
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.984.731	8.765.497	11.259.459	10.984.130

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
30 de setembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

		Controladora				Consolidado			
	Notas	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receita operacional líquida	23	720.844	1.920.291	565.754	1.603.847	948.470	2.449.197	808.695	2.166.719
Custo de produção e operação de energia	24	(628.524)	(1.481.395)	(436.954)	(1.121.676)	(773.957)	(1.857.126)	(551.646)	(1.436.531)
LUCRO BRUTO		92.320	438.896	128.800	482.171	174.513	592.071	257.049	730.188
Gerais e administrativas	25	(37.459)	(121.590)	(41.331)	(121.442)	(38.506)	(125.132)	(42.289)	(127.994)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	(149)	(27.102)	4.756	(5.022)	(2.004)	(29.308)	4.207	(2.654)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(37.608)	(148.692)	(36.575)	(126.464)	(40.510)	(154.440)	(38.082)	(130.648)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		54.712	290.204	92.225	355.707	134.003	437.631	218.967	599.540
Receitas financeiras		30.250	79.115	38.883	105.835	52.901	149.955	59.722	171.218
Despesas financeiras		(154.091)	(470.406)	(160.005)	(529.799)	(166.369)	(501.691)	(174.785)	(550.551)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	27	(123.841)	(391.291)	(121.122)	(423.964)	(113.468)	(351.736)	(115.063)	(379.333)
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.456	(26.118)	48.765	114.282	(34.274)	(98.730)	(1.750)	14.149
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(65.673)	(127.205)	19.868	46.025	(13.739)	(12.835)	102.154	234.356
Imposto de renda e contribuição social correntes		6.083	(9.475)	(987)	(6.328)	(6.449)	(42.060)	(10.385)	(49.879)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.671	52.132	10.666	19.784	12.682	54.603	9.577	21.897
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	19.754	42.657	9.679	13.456	6.233	12.543	(808)	(27.982)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(45.919)	(84.548)	29.547	59.481	(7.506)	(292)	101.346	206.374
Atribuído a acionistas da empresa controladora		(45.919)	(84.548)	29.547	59.481	(45.919)	(84.548)	29.547	59.481
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	—	—	38.413	84.256	71.799	146.893
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)									
Básico e diluído	22	(0,02273)	(0,04185)	0,01467	0,02953	(0,02273)	(0,04185)	0,01467	0,02953

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
30 de setembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(45.919)	(84.548)	29.547	59.481	(7.506)	(292)	101.346	206.374
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	46	70	(2.422)	(2.398)	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	29.1	39.564	26.325	13.441	39.752	26.608	11.161	23.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1	(13.451)	(8.950)	(4.572)	(13.451)	(8.950)	(4.572)	(8.647)
Opção de recompra de participação acionária	20	(3.087)	(3.263)	(364)	(3.087)	(3.263)	(364)	(537)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(22.847)	(70.366)	35.630	73.325	15.708	14.103	107.571	220.431
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(22.847)	(70.366)	35.630	73.325	(22.847)	(70.366)	35.630	73.325
Atribuído a acionistas não controladores	—	—	—	—	38.555	84.469	71.941	147.106

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 de setembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)



Notas Explicativas

Descrição	Reservas de capital						Reservas de Lucros					Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 21.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
	Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Transação de controle comum	Outras reservas de capital	Legal	Outras reservas de lucros	Reserva Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264	128.977	383.280	—	346.743	—	2.729.781	1.157.868	3.887.649
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	59.481	59.481	146.893	206.374
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13.844	—	13.844	213	14.057
Transações com os acionistas:														
Redução de capital em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(4)	(4)	—	(4)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(153.942)	(153.942)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(58.680)	58.680	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19.951	(19.951)	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2023	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264	128.977	383.280	—	321.858	98.206	2.803.102	1.047.816	3.850.918
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.799.262	97.651	9.405	4.699	(40.500)	264	138.227	383.280	166.961	338.084	—	2.897.333	1.037.514	3.934.847
Lucro líquido (prejuízo) do período	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(84.548)	(84.548)	84.256	(292)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14.182	—	14.182	213	14.395
Transações com os acionistas:														
Aumento de capital	24.513	(24.513)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	—	—	—	(200.000)	—	—	—	(200.000)	(37.117)	(237.117)
Distribuição de dividendos intermediários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(10.030)	(10.030)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(56.706)	56.706	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19.280	(19.280)	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2024	1.823.775	73.138	9.405	4.699	(40.500)	264	138.227	183.280	166.961	314.840	(47.122)	2.626.967	1.074.836	3.701.803

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
30 de setembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Atividades operacionais:					
Lucro líquido (prejuízo) do período		(84.548)	59.481	(292)	206.374
Ajustes para conciliar o Lucro líquido (prejuízo) do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24 e 25	231.518	217.707	383.041	376.997
Variação monetária e cambial		168.026	123.586	153.481	113.074
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18	8.630	(19.343)	8.911	(19.175)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 27	283.850	385.116	293.238	377.942
Juros sobre passivo de arrendamento	16	643	639	7.901	7.625
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	17	7.642	8.948	7.642	8.948
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	27	(64.672)	(103.022)	(97.295)	(141.463)
Baixa de bens do ativo	11	—	24	2.580	6.676
Resultado de equivalência patrimonial	10	(7.088)	(143.633)	98.730	(14.149)
Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	26	22.186	—	22.186	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	(52.132)	(19.784)	(54.603)	(21.897)
Variação de ativos e passivos operacionais		50.780	(118.873)	(15.555)	110.811
Contas a receber de clientes		18.213	(36.765)	(23.109)	(20.526)
Tributos e contribuições sociais compensáveis		27.275	(2.761)	27.989	(10.810)
Outros ativos		(805)	8.793	(47.312)	(61.728)
Fornecedores		1.704	25.702	(8.499)	66.357
Imposto de renda e contribuição social a pagar		9.475	6.328	42.060	49.879
Outros tributos a pagar		(9.416)	—	(43.024)	—
Encargos setoriais		(3.992)	—	(3.966)	—
Conta de ressarcimento		—	—	84.570	112.984
Outras obrigações		8.326	(120.170)	(44.264)	(25.345)
		564.835	390.846	809.965	1.011.763
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 27	(301.867)	(277.289)	(307.803)	(259.576)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16	(643)	(639)	(7.901)	(7.625)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(27.640)	(24.274)	(28.647)	(24.274)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	17	(6.540)	(281)	(6.540)	(281)
Pagamento de processos judiciais e outros	18	(1)	(1.069)	(1)	(1.069)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		48.978	30.483	77.026	82.060
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(89.786)	(41.135)	(277.186)	149.222
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		187.336	76.642	258.913	950.220
Atividades de investimentos:					
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(53.759)	(55.501)	(146.991)	(255.968)
(Aumento) redução de capital em controladas, controladas em conjunto e coligadas	10	(342.780)	299.130	(237.680)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		(22.186)	(5.581)	(22.186)	(5.581)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7	19.308	15.345	29.309	16.335
Dividendos recebidos	10	16.897	81.890	—	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos		(382.520)	335.283	(377.548)	(245.214)
Atividades de financiamentos:					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15	600.000	—	600.000	—
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15	(20.522)	—	(22.361)	(119)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15	(269.718)	(248.289)	(316.274)	(295.622)
Liquidação de instrumento derivativo		(127.952)	(159.395)	(127.952)	(159.395)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	30	(50.000)	(4)	(50.000)	(153.946)
Redução de capital em controladas	21	—	—	—	(103.216)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16	(1.860)	(1.460)	(4.629)	(4.101)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7	(7.638)	(2.323)	(52.513)	(9.438)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos		122.310	(411.471)	26.271	(725.837)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(72.874)	454	(92.364)	(20.831)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		169.392	780	227.692	36.114
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		96.518	1.234	135.328	15.283

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de setembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
1. RECEITAS	2.382.520	2.058.290	3.053.555	2.874.581
Receita bruta de venda de energia	2.305.259	1.993.766	2.882.847	2.573.959
Outras receitas operacionais	5.615	6.561	6.542	37.971
Receitas relativas à construção de ativos próprios	71.646	57.963	164.166	262.651
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.401.394)	(972.092)	(1.691.796)	(1.238.506)
Materiais	(35.619)	(18.658)	(141.299)	(61.708)
Serviços de terceiros	(64.776)	(111.348)	(204.587)	(293.505)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.152.592)	(801.499)	(1.238.814)	(832.324)
Outros custos operacionais	(148.407)	(40.587)	(107.096)	(50.969)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	981.126	1.086.198	1.361.759	1.636.075
4. RETENÇÕES	(201.646)	(239.905)	(386.401)	(465.300)
Depreciação e amortização	(201.646)	(210.554)	(386.401)	(465.300)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	—	(29.351)	—	—
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	779.480	846.293	975.358	1.170.775
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	56.883	254.800	55.515	191.378
Equivalência patrimonial	(26.118)	143.633	(98.730)	14.149
Receitas financeiras	83.001	111.167	154.245	177.229
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	836.363	1.101.093	1.030.873	1.362.153
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	836.363	1.101.093	1.030.873	1.362.153
Pessoal	144.056	143.671	144.723	144.234
Remuneração e encargos	118.675	109.633	119.208	110.082
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	15.983	20.283	16.081	20.361
Previdência privada	3.128	7.171	3.142	7.186
FGTS	6.270	6.584	6.292	6.605
Tributos (Governos)	305.810	367.197	383.439	459.929
Federais	101.635	125.682	153.835	195.416
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.657)	(13.456)	(12.543)	27.982
COFINS	78.801	74.032	96.887	97.239
PIS	40.473	40.543	44.373	45.544
INSS	22.879	22.633	22.977	22.718
Encargos sociais - Outros	2.139	1.930	2.141	1.933
Estaduais	134.538	161.025	156.249	180.142
ICMS	134.188	160.761	155.772	179.832
Outros	350	264	477	310
Municipais	665	509	684	982
IPTU	508	296	526	769
ISS	157	213	158	213
Encargos setoriais	68.972	79.981	72.671	83.389
Pesquisa e desenvolvimento	18.972	15.803	18.972	15.803
Taxa de fiscalização - ANEEL	9.505	8.503	13.204	11.911
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	40.495	55.675	40.495	55.675
Remuneração de capital de terceiros	471.045	530.744	503.003	551.616
Juros	470.406	529.799	501.691	550.551
Aluguéis	639	945	1.312	1.065
Remuneração de capitais próprios	(84.548)	59.481	(292)	206.374
(Prejuízos) Lucros retidos	(84.548)	59.477	(84.548)	59.477
Dividendos	—	4	—	4
Participação de acionistas não controladores	—	—	84.256	146.893

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Operações S.A., ("Companhia" ou "Controladora") é uma companhia de capital aberto, constituída em 14 de setembro de 1994, com sede na Rodovia SP 294 – Comandante João Ribeiro de Barros, Km 348, Distrito Industrial Claudio Guedes Misquiati, sala 07, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Brasil, que tem por objeto social: (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; e (ii) estudar, planejar, operar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") e indiretamente pela *The AES Corporation* ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

1.1 Acordo de Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a AES Brasil comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A. ("ARN"), o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

Conforme comunicado ao mercado em 10 setembro de 2024, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da AES Brasil, dentre outras matérias, a incorporação, pela ARN, da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da AES Brasil, no âmbito da Transação de combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2024, foi confirmado o implemento (ou renúncia, conforme aplicável) de todas as condições suspensivas e foi verificado o Valor do Resgate e a Relação de Substituição – ajustados nos termos do Acordo de Combinação e do Protocolo e Justificação, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados na mesma data.

A Companhia apresenta abaixo o cronograma dos principais próximos atos e eventos relacionados à conclusão da Transação:

#	Data	Evento
1	31/10/2024	- Divulgação de aviso aos acionistas sobre a quantidade final de Novas Ações Auren - Último dia de negociação das ações de emissão da AES Brasil na B3 - Data de Fechamento
2	01/11/2024	Início da negociação das Novas Ações Auren na B3
3	04/11/2024	Ata final para os investidores não residentes informarem o custo de aquisição das ações de emissão da AES Brasil (até as 18:00 horas, horário de Brasília)
4	05/11/2024	Crédito das Novas Ações Auren aos acionistas da AES Brasil que optarem pela Opção 1 ou pela Opção 2
5	08/11/2024	Pagamento do Valor do Resgate por Ação PN ARN

Notas Explicativas

1.2 Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, com a finalidade de atender a obrigação de expansão, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011; 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012; dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW; aquisição, em 2018, do Complexo Solar Guaimbê com 150 MW; e construção, em 2019, do Complexo Ouroeste com 150 MW, ambos no Estado de São Paulo.

Dadas as formas disponíveis de expansão para potência remanescente, a Companhia optou pela implantação de empreendimentos de geração centralizada para comercialização de energia elétrica no mercado livre.

O saldo remanescente de expansão para cumprimento integral do acordo através de implantação de usinas no mercado livre é de 28,22 MW e dado que a UFV Água Vermelha VII possui uma capacidade instalada de 33,21 MW, estaria cumprida a obrigação em questão. Em 2021, a Companhia apresentou manifestação comprovando o atendimento à obrigação de expansão.

Em abril de 2022, o Governo do Estado se manifestou através de Manifestação Técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, em concordância técnica com toda a manifestação e documentação apresentada, restando apenas a comprovação da entrada em operação da UFV Água Vermelha VII, que ocorreu em 30 de julho de 2024. Neste momento, a Companhia aguarda o documento de deferimento emitido pela Secretaria do Estado de São Paulo declarando a obrigação como devidamente cumprida.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de outubro de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2024, submetendo-as nesta data à apreciação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas contábeis diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*“deemed cost”*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pela mensuração inicial a valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas a seguir, pois foram anteriormente divulgadas nas

Notas Explicativas



demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 26 de fevereiro de 2024. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Comercialização de energia	(a)
1.5	Obrigação de expansão	(a)
2.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
2.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
2.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
2.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023	(a)
2.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
2.9	Critérios de consolidação	(a)
6.2	Estimativa de recuperação de créditos	(a)
15.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
17.1	Previdência privada	(a)
17.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
17.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
22.1	Patrimônio líquido	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
31.2	Gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (b)	Riscos resultantes de instrumentos financeiros	(a)
31.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
31.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
31.2 (c)	Outros riscos considerados relevantes	(a)
31.2 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
31.2 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
31.2 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
31.2 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
31.2 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
31.2 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
31.2 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
31.2 (c.8)	Risco de concentração - Fornecedores	(a)
31.2 (c.9)	Risco de mudanças climáticas	(a)
32	Seguros	(a)
34	Compromissos	(a)
35	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de

Notas Explicativas



capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de caixa				
Número disponível	16.682	432	31.401	44.858
Operação compromissada	79.836	168.960	103.927	182.834
Subtotal	96.518	169.392	135.328	227.692
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	731.730	629.081	1.261.935	968.263
Subtotal	731.730	629.081	1.261.935	968.263
Total	828.248	798.473	1.397.263	1.195.955

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2024 possuem liquidez diária e rentabilidade média consolidada de 100,69% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,93% em 31 de dezembro de 2023).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Controladora						
Saldos vincendos	Saldos vencidos			30/09/2024	31/12/2023	
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias			
CIRCULANTE						
Contratos bilaterais	200.891	7	36	132	201.066	196.781
Mercado de Curto Prazo	19.427	—	—	—	19.427	24.766
Partes relacionadas (nota 28)	32.595	5.490	—	709	38.794	55.953
Total	252.913	5.497	36	841	259.287	277.500

Consolidado								
Saldos vincendos	Saldos vencidos				PECLD (i)	30/09/2024	31/12/2023	
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias				
CIRCULANTE								
Contratos bilaterais	211.003	654	85	365	199	(628)	211.678	205.560
Mercado de Curto Prazo	40.830	56	—	—	—	—	40.886	31.656
Contratos de energia eólicos	67.596	738	266	12	—	—	68.612	38.294
Contratos de energia solares	18.800	—	—	—	—	—	18.800	24.024
Partes relacionadas (nota 28)	20.204	—	—	—	—	—	20.204	37.537
Total	358.433	1.448	351	377	199	(628)	360.180	337.071

(i) Refere-se às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber da controlada direta AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

Notas Explicativas



5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda	34.720	49.182	45.109	56.525
Contribuição social (i)	7.379	2.607	20.977	4.665
Imposto de renda retido na fonte	20.145	3.632	31.389	11.669
Total	62.244	55.421	97.475	72.859
<u>Outros tributos a recuperar</u>				
PIS e COFINS	—	—	287	848
ICMS	1.226	1.568	1.856	2.044
INSS	19	19	207	197
Outros	69	68	298	259
Total	1.314	1.655	2.648	3.348
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda (i)	—	—	30.095	8.846
Contribuição social	—	—	515	186
Total	—	—	30.610	9.032
Total	63.558	57.076	130.733	85.239

(i) A variação é decorrente, principalmente, das apurações e retificação das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos. No consolidado, o efeito do crédito gerado pela transação foi de R\$48.172, sendo R\$37.740 registrados como contrapartida na rubrica de Intangível, e R\$10.432 registrados como atualização de créditos tributários, no resultado financeiro.

Notas Explicativas



6. TRIBUTOS DIFERIDOS

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Controladora				Consolidado			
		Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023
Tributos ativos:									
Prejuízo fiscal e base negativa		535.615	529.737	5.878	—	538.756	532.795	5.961	(11)
Provisão para participação nos lucros e resultados		4.223	6.798	(2.575)	(1.201)	4.223	6.798	(2.575)	(1.209)
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias	18	34.159	23.434	10.725	(7.669)	34.159	23.434	10.725	(7.669)
Provisão de benefício a empregados		6.129	5.754	375	2.946	6.129	5.754	375	2.946
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		2.027	2.027	—	—	2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	6.3	51.199	54.335	(3.136)	(8.838)	51.199	54.335	(3.136)	(8.838)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		8.926	12.148	(3.222)	265	9.179	12.419	(3.240)	278
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		19.220	28.170	—	—	19.220	28.170	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		29.608	29.608	—	—	29.608	29.608	—	—
Ressarcimento de energia	8	—	—	—	—	16.189	12.954	3.235	2.672
Variação cambial não realizada		791	794	(3)	255	791	794	(3)	256
Outros		1.970	2.190	(220)	1.971	2.101	2.190	(89)	(1.657)
Tributos passivos:									
Ativo imobilizado - custo atribuído		(221.986)	(241.266)	19.280	19.951	(221.986)	(241.266)	19.280	19.951
Ativo intangível - uso do bem público	12	(5.567)	(6.100)	533	533	(5.567)	(6.100)	533	533
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	(56)	(129)	73	1.230	(56)	(129)	73	1.230
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		(18.255)	(19.335)	1.080	959	(18.255)	(19.335)	1.080	959
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(232)	(231)	(1)	191	(232)	(231)	(1)	191
Ativo intangível - GSF	12	(226.391)	(247.947)	21.556	21.556	(226.391)	(247.947)	21.556	21.556
Juros Capitalizados		(66.720)	(68.509)	1.789	(12.365)	(66.720)	(68.509)	1.789	(12.365)
Outros		—	—	—	—	(4.311)	(3.351)	(960)	3.074
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido		154.660	111.478	52.132	19.784	170.063	124.410	54.603	21.897
Apresentação no balanço patrimonial									
Tributos diferidos do ativo não circulante		154.660	111.478			171.048	125.876		
Tributos diferidos do passivo não circulante		—	—			(985)	(1.466)		
Total		154.660	111.478			170.063	124.410		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Complexo	30/09/2024			31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	694.004	(539.250)	154.754	111.478
AES Tietê Integra	3.394	—	3.394	3.404
Complexo Alto Sertão II	6.526	(2.126)	4.400	4.545
Complexo AGV	167	(90)	77	(33)
Complexo Ouroeste	5	(160)	(155)	(214)
Complexo Guaimbê	—	(446)	(446)	(496)
Complexo Ventus	6.175	(388)	5.787	3.964
Complexo Salinas e Mandacaru	3.310	(674)	2.636	2.379
Complexo Cassino	—	(384)	(384)	(617)
Consolidado	713.581	(543.518)	170.063	124.410

Notas Explicativas



A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	111.478	124.410
Impacto no resultado	52.132	54.603
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(8.950)	(8.950)
Saldos em 30 de setembro de 2024	154.660	170.063

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora							
	01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(65.673)	(65.673)	(127.205)	(127.205)	19.868	19.868	46.025	46.025
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	16.418	5.911	31.801	11.448	(4.967)	(1.788)	(11.506)	(4.142)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(1.947)	(700)	2.165	812	(490)	(164)	990	385
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(192)	(69)	(12.358)	(4.449)	12.125	4.365	19.478	7.012
Outros ajustes de impostos	247	86	9.959	3.279	(4.953)	5.551	(1.649)	2.888
Despesa de imposto de renda e contribuição social	14.526	5.228	31.567	11.090	1.715	7.964	7.313	6.143
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	4.494	1.589	(6.704)	(2.771)	(583)	(404)	(4.469)	(1.859)
Diferidos	10.032	3.639	38.271	13.861	2.298	8.368	11.782	8.002
Total	14.526	5.228	31.567	11.090	1.715	7.964	7.313	6.143
Alíquota efetiva	-22,1%	-8,0%	-24,8%	-8,7%	8,6%	40,1%	15,9%	13,3%

(i) A diferença da equivalência patrimonial com a demonstração de resultados, refere-se aos juros capitalizados.

Notas Explicativas



	Consolidado							
	01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(13.739)	(13.739)	(12.835)	(12.835)	102.154	102.154	234.356	234.356
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	3.435	1.237	3.209	1.155	(25.539)	(9.194)	(58.589)	(21.092)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	(6)	(6)	(6)	(6)	(1.472)	(529)	(1.640)	(590)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(1.876)	(674)	2.290	857	(792)	(273)	92	62
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais, exploração de autorização	(2.897)	(1.043)	(9.125)	(3.285)	(1.149)	(414)	(6.546)	(2.357)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.569)	(3.085)	(24.683)	(8.886)	(438)	(158)	3.537	1.273
Diferença de base - controladas lucro presumido	15.089	4.325	30.166	8.088	28.872	9.334	43.609	12.919
Outros ajustes de impostos	237	66	9.616	3.153	(4.646)	5.590	(1.516)	2.856
Despesa de imposto de renda e contribuição social	5.413	820	11.467	1.076	(5.164)	4.356	(21.053)	(6.929)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(3.990)	(2.459)	(28.407)	(13.653)	(6.758)	(3.627)	(34.207)	(15.672)
Diferidos	9.403	3.279	39.874	14.729	1.594	7.983	13.154	8.743
Total	5.413	820	11.467	1.076	(5.164)	4.356	(21.053)	(6.929)
Alíquota efetiva	-39,4%	-6,0%	-89,3%	-8,4%	-5,1%	4,3%	-9,0%	-3,0%

A Controladora apurou lucro fiscal no período findo em 30 de setembro de 2024, havendo o registro de IRPJ/CSLL correntes, além dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias.

6.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias		Total Diferido não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
AES Brasil Operações	64.154	23.469	42.459	15.285	106.613	38.754
Complexo Alto Sertão II	140.408	50.547	—	—	140.408	50.547
Complexo Salinas e Mandacarú	3.083	1.110	40.646	14.633	43.729	15.743
Guaimbê Holding	—	—	5.973	2.150	5.973	2.150
Complexo Ventus	38	14	—	—	38	14
Complexo Cassino	56	20	—	—	56	20
Consolidado	207.739	75.160	89.078	32.068	296.817	107.228

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos da Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Notas Explicativas



Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2024			31/12/2023
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(237.488)	156.742	(80.746)	(75.812)
Subtotal	82.076	(54.170)	27.906	32.840
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(753.992)	508.420	(245.572)	(247.750)
Subtotal	54.312	(33.144)	21.168	18.990
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(76.170)	50.272	(25.898)	(25.518)
Subtotal	6.250	(4.125)	2.125	2.505
Total	142.638	(91.439)	51.199	54.335

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos créditos fiscais do ágio	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.335
Amortização	(24.350)
Reversão	21.214
Saldos em 30 de setembro de 2024	51.199

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	943	19.896	943	30.302
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 1.054	985	1.070	1.001
Garantias de financiamento (i)	—	—	9.209	3.955
Subtotal	1.997	20.881	11.222	35.258
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	30.091	20.399	415.062	341.897
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 3.232	2.888	6.750	5.945
Subtotal	33.323	23.287	421.812	347.842
Total	35.320	44.168	433.034	383.100

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia no montante de R\$30.091 e as controladas indiretas, composto pelo Complexo Eólico Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Cassino, Complexo Eólico Alto Sertão II e Complexo Eólico Ventus, nos montantes de R\$254.750, R\$105.282, R\$24.234 e R\$9.914 respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está

Notas Explicativas



aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 100,69% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 30 de setembro de 2024 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.168	383.100
Adições (i)	25.856	204.741
Atualização monetária (nota 27)	2.822	26.730
Baixas e resgates (ii)	(37.526)	(181.537)
Saldos em 30 de setembro de 2024	35.320	433.034

(i) No consolidado, as adições no montante de R\$204.741, são composta por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$204.124; e (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$617.

(ii) No consolidado, os resgates, no montante de R\$181.537, são compostos por: (a) resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures e pagamento de principal e juros das dívidas no montante de R\$151.611; (b) R\$29.916 de resgates de garantias de compromissos contratuais e (c) R\$10 de depósitos judiciais.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do Leilão de Energia de Reserva - LER 2009, LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), Fontes Alternativas - LFA 2010 e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.572	(527.555)
Adição/reversão (i)	(3.609)	(165.406)
Amortização	—	93.475
Atualização monetária	—	(6.485)
Ressarcimento contratual (ii)	5.119	—
Amortização do ressarcimento contratual	(14.149)	—
Saldos em 30 de setembro de 2024	4.933	(605.971)
Circulante	2.929	(5.987)
Não circulante	2.004	(599.984)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função de *curtailment* e da baixa velocidade do vento.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão Regulador.

Os ressarcimentos relativos aos eventos de *constrained-off* das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva estavam suspensos

Notas Explicativas



desde a emissão do Despacho nº 2.303/2019 pela ANEEL, onde se iniciou uma apuração dos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado CO 970/22, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares fotovoltaicas. Em 12 de janeiro de 2023, a CCEE divulgou o comunicado CO 039/23 para a operacionalização das apurações de ressarcimentos de fontes eólicas e solares, de acordo com as premissas já estabelecidas nas resoluções normativas emitidas pela ANEEL.

A reapuração do ressarcimento ocorrerá em duas etapas, compreendidas como período transitório e período definitivo. Para o período transitório, que compreende os ressarcimentos apurados até setembro de 2021, as reapurações e liquidações iniciaram-se em setembro de 2023, com encerramento em junho de 2024. Entretanto para o período definitivo, que compreende os ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021, estamos aguardando a emissão da Nota Técnica pela ANEEL contendo aprovação das regras a serem adotadas.

A situação do *constrained-off* das usinas eólicas é um desafio contínuo. Diante disso, a Companhia está comprometida em buscar soluções, tanto no âmbito judicial quanto técnico, para mitigar os impactos negativos e assegurar a sustentabilidade do setor eólico no país. A Companhia monitora constantemente a evolução do cenário regulatório e explora todas as possibilidades de melhoria para nossos clientes e parceiros.

Em 30 de setembro de 2024, do saldo total de R\$ 605.971 do passivo de ressarcimento, R\$ 488.282 referem-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2.303/2019, sendo R\$ 212.838 para o LER 2009, R\$ 41.809 para o LER 2010, R\$ 30.078 para o LFA e R\$ 203.557 para o LEN 2011.

9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Almoxarifado (i)	11.902	11.252	56.031	47.898
Indenização de seguro a receber	—	—	—	—
Despesas pagas antecipadamente (ii)	25.311	11.331	35.347	16.205
Adiantamento a fornecedores	9	72	15.630	10.278
Adiantamento a empregados	2.939	387	2.961	395
Compensação por atraso de fornecedores	—	—	1.009	2.095
Imóvel disponível para venda	1.521	1.521	1.521	1.521
Dividendos a receber	28 2.911	1.727	1.221	911
Contas a receber de partes relacionadas	28 441	411	73	73
Outros	1.883	6.131	8.061	7.877
Subtotal	46.917	32.832	121.854	87.253
NÃO CIRCULANTE				
Pis e Cofins diferidos sobre ressarcimento	—	—	19.185	15.604
Contas a receber de partes relacionadas	28 20.681	20.958	4.812	5.581
Despesas pagas antecipadamente	1.299	3.489	1.299	3.489
Imposto de renda	—	—	—	—
INSS	—	—	1.622	1.622
ICMS	1.396	1.390	1.403	1.390
Outras contas a receber	—	4.133	—	4.133
Outros	2.934	1	3.149	241
Subtotal	26.310	29.971	31.470	32.060
Total	73.227	62.803	153.324	119.313

Notas Explicativas



(i) O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

(ii) A variação é decorrente, principalmente, da renovação do seguro patrimonial das empresas do Grupo.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas e indiretas e indiretamente em coligadas e *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A coligada Tucano Holding I detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*"). Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia transferiu o controle direto da controlada Tucano Holding I para a AES Brasil Energia, passando a deter 39,07% de participação indireta na Tucano Holding I. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados. A participação da Companhia na coligada Tucano Holding I é 51,89% em 30 de setembro de 2024 (35,79% em 31 de dezembro de 2023).

Na Controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	3.925.254	3.567.355	1.379.966	1.247.520
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (i)	65.548	66.642	31.227	31.227
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (ii)	138.270	184.311	—	—
Mais valia dos investimentos adquiridos (iii)	379.955	403.766	—	—
Total	4.509.027	4.222.074	1.411.193	1.278.747

(i) Refere-se às aquisições dos complexos Cassino, Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, nos montantes de R\$7.971, R\$11.884, R\$14.466 e R\$31.227, respectivamente, totalizando R\$65.548, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 12.

(ii) Refere-se às aquisições dos Complexos Eólicos Ventus, Complexo Solar Boa Hora e Complexos Eólicos Mandacaru, nos montantes de R\$8.282, R\$40.080 e R\$89.908, respectivamente, totalizando R\$138.270, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 12.

(iii) Ajuste a valor justo nas aquisições:

- Complexo Alto Sertão II: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$98.719, amortizada a uma taxa de 4,75% a.a., no montante de R\$13.666, totalizando R\$85.053.
- Complexo Eólico Ventus: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$121.729, amortizada a uma taxa de 4% a.a., no montante de R\$17.918, totalizando R\$103.811.

Notas Explicativas



- Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$181.437 amortizada a uma taxa de 4,05% a.a., no montante de R\$27.131, totalizando R\$154.306.
- Complexo Eólico Cassino: mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Cassino, no montante de R\$39.920, amortizada a uma taxa de 4,28% a.a., no montante de R\$3.135, totalizando R\$36.785

No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos para o período findo em 30 de setembro de 2024 é como segue:

	Controladora				
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Mais valia dos investimentos adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.567.355	66.642	184.311	403.766	4.222.074
Equivalência patrimonial (i)	44.828	—	—	—	44.828
Aumento de capital	342.780	—	—	—	342.780
Dividendos de controladas	(16.897)	—	—	—	(16.897)
Ajuste intangível de aquisição (ii)	—	—	(37.740)	—	(37.740)
Amortização dos direitos contratuais e exploração de autorização (i)	—	(608)	(8.301)	—	(8.909)
Amortização da mais valia dos ativos adquirido (i)	—	(486)	—	(23.811)	(24.297)
Capitalização de projetos	(9.619)	—	—	—	(9.619)
Outros resultados abrangentes	(3.193)	—	—	—	(3.193)
Saldos em 30 de setembro de 2024	3.925.254	65.548	138.270	379.955	4.509.027

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O montante refere-se as apurações e retificação das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos e conseqüentemente no intangível de aquisição dos Complexos, vide nota 5.

Notas Explicativas



	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de projetos	Ajuste investimento intangível	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais valia na combinação de negócios	Dividendos de controladas	Saldos em 30 de setembro de 2024
Guaimbê Solar Holding	1.644.395	27.666	—	71	(3.200)	—	(9.175)	(15.715)	1.644.042
Tietê Integra	10.311	(128)	1.080	—	—	—	—	—	11.263
Boa Hora 1	103.198	9.261	—	—	—	—	(822)	—	111.637
Boa Hora 2	99.040	10.222	—	—	—	—	(822)	—	108.440
Boa Hora 3	130.045	9.203	—	—	—	—	(822)	—	138.426
AGV Solar VII	111.128	14.526	38.655	—	—	—	—	(21)	164.288
AES Tucano Holding I	1.285.708	(98.730)	237.680	(3.264)	(6.071)	—	—	(310)	1.415.013
REB Empreendimentos e Administradora de Bens	159.253	18.895	1.855	—	—	—	(3.415)	—	176.588
MS Participações Societárias	570.099	52.849	29.545	—	(348)	(27.684)	(16.773)	(851)	606.837
Santos Energia Participações	108.897	1.064	33.965	—	—	(10.056)	(1.377)	—	132.493
Total	4.222.074	44.828	342.780	(3.193)	(9.619)	(37.740)	(33.206)	(16.897)	4.509.027

Notas Explicativas



As principais informações sobre as controladas e coligadas estão apresentadas abaixo:

Controladas e Coligadas	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido atribuído ao controlador ajustado (i)	Lucro líquido (prejuízo) do período	Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído ao controlador ajustado (i)
Controladas							
Guaimbê Solar Holding (ii)	1.867.705.317	76,59%	1.811.022	2.497.553	1.432.342	112.341	27.666
Tietê Integra	16.380.845	100,00%	16.101	11.264	11.265	(128)	(128)
Boa Hora 1	7.543.630.827	100,00%	69.245	91.084	94.320	9.400	9.261
Boa Hora 2	7.275.048.735	100,00%	64.649	87.983	91.219	10.361	10.222
Boa Hora 3	10.472.004.903	100,00%	96.381	117.840	121.078	9.342	9.203
AGV Solar VII	145.650.900	100,00%	152.991	150.346	164.288	582	14.526
REB Empreendimentos e Administradora de Bens	452.751.440	100,00%	118.784	131.832	131.832	18.895	18.895
MS Participações Societárias	1.821.352.805	100,00%	251.283	391.185	394.930	52.849	52.849
Santos Energia Participações	274.952.908	100,00%	199.269	105.475	100.198	1.064	1.064
Subtotal Controladas				3.584.562	2.541.472	214.706	143.558
Coligadas							
AES Tucano Holding I	1.164.739.496	51,89%	815.187	2.203.228	1.383.782	(109.858)	(98.730)
Total Controladas e Coligadas				5.787.790	3.925.254	104.848	44.828

- (i) Juros capitalizados de controladas e coligada: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis intermediárias individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos no imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 27). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro líquido (prejuízo) ajustado”.
- (ii) Para determinação do valor da equivalência patrimonial, há distinção entre a participação no capital e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendo. Desta forma, a Companhia reconhece a equivalência patrimonial do investimento pelo seu percentual de participação nos lucros e ativos líquidos da investida pelo percentual de dividendos.

Joint Venture e Coligada

Em 30 de setembro de 2024, as informações contábeis da Coligada Tucano Holding I estão apresentadas abaixo.

As informações relativas a Joint Venture Tucano Holding III estão apresentadas no investimento da coligada Tucano Holding I.

		Tucano Holding I Consolidado
Balanco Patrimonial		
Ativo circulante		619.925
Ativo não circulante		6.156.115
Passivo circulante		844.531
Passivo não circulante		3.631.139
Patrimônio líquido		2.203.228
Participação de acionistas não controladores		97.142
Demonstração de Resultado		
Resultado Operacional		48.596
Resultado financeiro		(289.634)
Resultado de equivalência patrimonial		(8.052)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda		(16.023)
Prejuízo do período		(265.113)
Percentual de participação		52%
Quantidade de quotas/ações do capital social		1.164.739.496

Notas Explicativas



A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* e coligada é como segue:

Movimentação Joint Venture e Coligada	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.278.747
Equivalência patrimonial Tucano Holding I	(106.717)
Juros capitalizados Tucano Holding I	11.128
Aporte Tucano Holding I	237.680
Capitalização de projetos Tucano Holding I	(6.071)
Outros resultados abrangentes Tucano Holding I	(3.264)
Dividendos destinados referente exercício de 2023	(310)
Saldos em 30 de setembro de 2024	1.411.193

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
30/09/2024				31/12/2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.970.174	(2.398.857)	571.317
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,44%	688.250	(558.547)	129.703
Máquinas e equipamentos	3,78%	2.305.442	(1.245.762)	1.059.680
Veículos	13,97%	11.237	(7.720)	3.517
Móveis e utensílios e outros	6,25%	7.308	(5.559)	1.749
Imobilizado em serviço		6.394.192	(4.216.445)	2.177.747
Imóveis destinados a uso futuro		578	—	578
Imobilizado em curso		134.825	—	134.825
Bens vinculados às concessões e autorizações		6.529.595	(4.216.445)	2.313.150
Direito de uso de sede administrativa	20,00%	13.107	(8.684)	4.423
Total Imobilizado		6.542.702	(4.225.129)	2.317.573

Consolidado				
30/09/2024				31/12/2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	—	411.781	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.970.175	(2.398.857)	571.318
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,77%	1.075.741	(615.170)	460.571
Máquinas e equipamentos	3,93%	6.618.547	(2.350.008)	4.268.539
Veículos	13,39%	17.736	(9.771)	7.965
Móveis e utensílios e outros	6,29%	11.212	(7.626)	3.586
Imobilizado em serviço		11.105.192	(5.381.432)	5.723.760
Imóveis destinados a uso futuro		578	—	578
Imobilizado em curso (i)		385.798	—	385.798
Bens vinculados às concessões e autorizações		11.491.568	(5.381.432)	6.110.136
Direito de uso de sede administrativa	de 11,11% a 20,00%	13.107	(8.684)	4.423
Direito de uso de terreno arrendado	de 2,86% a 7,14%	117.040	(26.357)	90.683
Total Imobilizado		11.621.715	(5.416.473)	6.205.242

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

Notas Explicativas



b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora						
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Transferências e reclassificações (i)	Juros capitalizados	Saldos em 30 de setembro de 2024
Terrenos	411.781	—	—	—	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	—	—	24.848	—	2.970.174
Edificações, obras civis e benfeitorias	682.369	—	—	5.881	—	688.250
Máquinas e equipamentos	2.221.537	—	—	83.905	—	2.305.442
Veículos	11.237	—	—	—	—	11.237
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.308	—	—	—	—	7.308
Imóveis destinados a uso futuro	578	—	—	—	—	578
Em curso	202.129	44.770	—	(120.210)	8.136	134.825
Direito de uso de sede administrativa	12.781	—	326	—	—	13.107
Subtotal	6.495.046	44.770	326	(5.576)	8.136	6.542.702
Depreciação/Amortização	(4.098.186)	(126.958)	—	15	—	(4.225.129)
Total líquido	2.396.860	(82.188)	326	(5.561)	8.136	2.317.573

(i) Refere-se à reclassificação para outros intangíveis (nota 12) no montante de R\$5.561.

(ii) Vide nota 16.

Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências e reclassificações (i)	Saldos em 30 de setembro de 2024
Terrenos	414.284	—	—	—	—	(2.503)	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	—	—	—	—	24.849	2.970.175
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.008.004	—	—	—	—	67.737	1.075.741
Máquinas e equipamentos	6.396.387	—	—	743	(4.248)	225.665	6.618.547
Veículos	16.965	—	—	—	—	771	17.736
Móveis e utensílios e outros	9.148	—	—	—	—	2.064	11.212
Imóveis destinados a uso futuro	578	—	—	—	—	—	578
Imobilizado em curso	552.851	123.135	—	—	—	(312.339)	385.798
Direito de uso de sede administrativa	12.781	—	326	—	—	—	13.107
Direito de uso de terreno arrendado	114.707	—	2.333	—	—	—	117.040
Subtotal	11.471.031	123.135	2.659	743	(4.248)	6.244	11.621.715
Depreciação/Amortização	(5.122.101)	(290.723)	—	—	1.668	(5.317)	(5.416.473)
Total líquido	6.348.930	(167.588)	2.659	743	(2.580)	927	6.205.242

(i) R\$15.305 refere-se às reclassificações para intangível (nota 12) e estoques.

(ii) Vide nota 16.

c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Concessão	2.269.779	2.346.554	2.269.779	2.346.554
Autorizações	42.793	43.898	3.839.779	3.961.643
Imóveis destinados a uso futuro	578	578	578	578
Total	2.313.150	2.391.030	6.110.136	6.308.775

12. INTANGÍVEL

	Controladora				
	30/09/2024				31/12/2023
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(317.000)	665.856	729.255
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(56.801)	16.373	17.941
Software e outros intangíveis	21,06%	110.413	(65.145)	45.268	47.869
Total Intangível		1.166.443	(438.946)	727.497	795.065

	Consolidado				
	30/09/2024				31/12/2023
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(317.001)	665.855	729.255
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,70%	73.174	(56.801)	16.373	17.941
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	297.665	(102.886)	194.779	240.985
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	33.071	(4.921)	28.150	31.212
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(5.286)	13.787	14.948
Software e outros intangíveis	21,06%	129.327	(72.096)	57.231	57.986
Total Intangível		1.535.166	(558.991)	976.175	1.092.327

(i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacarú e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê, Complexo Eólico Tucano e Complexo de Cassino, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

(v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

Notas Explicativas



A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora				Total
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
			Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	22.189	25.680	795.065
Adições	—	—	1.516	—	1.516
Transferências (ii)	—	—	(27.248)	32.809	5.561
Amortizações	(63.399)	(1.568)	—	(9.678)	(74.645)
Saldos em 30 de setembro de 2024	665.856	16.373	(3.543)	48.811	727.497

(i) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

	Consolidado							
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Software e outros intangíveis		Total
						Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	240.985	31.212	14.948	26.986	31.000	1.092.327
Adições	—	—	—	—	—	1.656	—	1.656
Efeito de aquisições (i)	—	—	(37.740)	—	—	—	—	(37.740)
Transferências (ii)	—	—	7.208	—	—	(27.577)	35.674	15.305
Amortizações	(63.400)	(1.568)	(15.674)	(3.062)	(1.161)	—	(10.508)	(95.373)
Saldos em 30 de setembro de 2024	665.855	16.373	194.779	28.150	13.787	1.065	56.166	976.175

(i) A variação de R\$37.740 é referente às apurações e retificações das obrigações acessórias descritas na nota 5.

(ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

13. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda		79.818	49.322	90.178	49.669
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas	28	33.682	43.239	31.998	43.239
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		13.860	13.987	18.014	17.931
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		5.648	5.612	5.642	5.612
Subtotal		133.008	112.160	145.832	116.451
Materiais e Serviços		25.738	43.444	54.123	91.103
Materiais e Serviços - partes relacionadas	28	2.297	3.735	2.299	3.199
Total		161.043	159.339	202.254	210.753

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 39 cartas de fiança, no valor total de R\$67.222 e 6 seguros garantia, no valor de R\$4.308, totalizando uma importância segurada de R\$71.530 (48 cartas de fiança, no valor total de R\$70.984 e 20 seguros garantia, no valor de R\$18.216, totalizando uma importância segurada de R\$89.200 em 31 de dezembro de 2023), com custo de 0,22% a 1,10% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas



14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)</u>				
Imposto de renda	4.894	—	12.836	8.357
Contribuição social	1.895	—	5.947	4.760
Total	6.789	—	18.783	13.117
<u>Outros tributos a pagar</u>				
INSS	5.233	5.154	5.475	5.379
PIS e Cofins	6.003	8.099	9.072	11.886
ICMS	14.528	18.895	17.702	20.622
IRRF	70	935	148	1.154
CIDE	6.348	3.900	6.348	3.900
ISS	319	492	531	1.114
Outros	2.161	3.917	2.461	4.312
Total	34.662	41.392	41.737	48.367

(i) A Companhia e suas controladas Ventus Holding, Guaimbê Holding, Tietê Integra, Nova Energia, Tietê Eólica, MS Participações, Santos e REB são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social a Companhia levantou balancete de suspensão no período.

Por sua vez, as controladas, Ventus Holding e AES Tietê Eólica se utilizaram da apuração com base no balancete de redução e recolheram antecipações, as controladas Guaimbê Holding e Nova Energia levantaram balancete de suspensão e as demais controladas AES Tietê Integra, MS Participações, Santos e REB apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, a apuração do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Complexo Cassino são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas



15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora							
	30/09/2024							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
8ª Emissão - AES Operações	24.479	4.400	(1.213)	27.666	168.834	(3.638)	165.196	192.862
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	6.063	(532)	5.531	1.380.000	(532)	1.379.468	1.384.999
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	1.581	(3.920)	(2.339)	864.009	(11.466)	852.543	850.204
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	6.159	(1.100)	5.059	241.120	(3.217)	237.903	242.962
10ª Emissão - AES Operações	—	26.945	(666)	26.279	750.000	(1.837)	748.163	774.442
11ª Emissão - AES Operações	—	18.080	(1.425)	16.655	609.725	(17.826)	591.899	608.554
Subtotal	24.479	63.228	(8.856)	78.851	4.013.688	(38.516)	3.975.172	4.054.023
Empréstimos								
BNDES - AES Operações	27.201	442	(160)	27.483	111.071	(653)	110.418	137.901
Outros	32.510	—	—	32.510	—	—	—	32.510
Subtotal	59.711	442	(160)	59.993	111.071	(653)	110.418	170.411
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (2020)	316.031	—	—	316.031	316.031	—	316.031	632.062
Scotiabank 4131 (2021)	564.052	—	—	564.052	188.017	—	188.017	752.069
Subtotal	880.083	—	—	880.083	504.048	—	504.048	1.384.131
Total da dívida	964.273	63.670	(9.016)	1.018.927	4.628.807	(39.169)	4.589.638	5.608.565

Notas Explicativas

**MOEDA NACIONAL****Debêntures**

	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	—	—	—	224.325
8ª Emissão - AES Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	(4.533)	170.917	194.004
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	49.993	(505)	49.488	1.380.000	(934)	1.379.066	1.428.554
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.913	(3.592)	7.321	835.513	(14.437)	821.076	828.397
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.592	(1.008)	7.584	233.168	(4.050)	229.118	236.702
10ª Emissão - AES Operações	—	4.507	(595)	3.912	750.000	(2.344)	747.656	751.568
Subtotal	244.926	78.359	(7.568)	315.717	3.374.131	(26.298)	3.347.833	3.663.550

Empréstimos e Financiamentos

BNDES - Complexo Ventus	27.007	576	(70)	27.513	130.532	(338)	130.194	157.707
Outros	29.662	—	—	29.662	16.685	—	16.685	46.347
Subtotal	56.669	576	(70)	57.175	147.217	(338)	146.879	204.054

MOEDA ESTRANGEIRA

Scotiabank 4131 (2020)	281.088	27	—	281.115	281.088	—	281.088	562.203
Scotiabank 4131 (2021)	—	3.597	—	3.597	668.225	—	668.225	671.822
Subtotal	281.088	3.624	—	284.712	949.313	—	949.313	1.234.025
Total da dívida	582.683	82.559	(7.638)	657.604	4.470.661	(26.636)	4.444.025	5.101.629

MOEDA NACIONAL**Debêntures**

	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
8ª Emissão - AES Operações	24.479	4.400	(1.213)	27.666	168.834	—	(3.638)	165.196	192.862
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	6.063	(532)	5.531	1.380.000	—	(532)	1.379.468	1.384.999
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	1.581	(3.920)	(2.339)	864.009	—	(11.466)	852.543	850.204
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	6.159	(1.100)	5.059	241.120	—	(3.217)	237.903	242.962
10ª Emissão - AES Operações	—	26.945	(666)	26.279	750.000	—	(1.837)	748.163	774.442
11ª Emissão - AES Operações	—	18.080	(1.425)	16.655	609.725	—	(17.826)	591.899	608.554
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	8.614	292	(254)	8.652	4.638	—	(63)	4.575	13.227
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	15.925	515	(242)	16.198	6.636	—	(61)	6.575	22.773
Subtotal	49.018	64.035	(9.352)	103.701	4.024.962	—	(38.640)	3.986.322	4.090.023

Empréstimos e Financiamentos

BNDES - AES Operações	27.201	442	(160)	27.483	111.071	—	(653)	110.418	137.901
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.600	1.207	(1.834)	11.973	112.342	1.273	(10.177)	103.438	115.411
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.409	391	(1.429)	20.371	105.623	—	(6.906)	98.717	119.088
BNDES - Complexo Cassino	16.425	343	(817)	15.951	95.814	—	(4.765)	91.049	107.000
Outros	32.510	—	—	32.510	—	—	—	—	32.510
Subtotal	110.145	2.383	(4.240)	108.288	424.850	1.273	(22.501)	403.622	511.910

MOEDA ESTRANGEIRA

Scotiabank 4131 (2020)	316.031	—	—	316.031	316.031	—	—	316.031	632.062
Scotiabank 4131 (2021)	564.052	—	—	564.052	188.017	—	—	188.017	752.069
Subtotal	880.083	—	—	880.083	504.048	—	—	504.048	1.384.131
Total da dívida	1.039.246	66.418	(13.592)	1.092.072	4.953.860	1.273	(61.141)	4.893.992	5.986.064

Notas Explicativas



	Consolidado							
	31/12/2023							
	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	—	—	—	224.325
8ª Emissão - AES Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	(4.533)	170.917	194.004
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	49.993	(505)	49.488	1.380.000	(934)	1.379.066	1.428.554
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.913	(3.592)	7.321	835.513	(14.437)	821.076	828.397
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.592	(1.008)	7.584	233.168	(4.050)	229.118	236.702
10ª Emissão - AES Operações	—	4.507	(595)	3.912	750.000	(2.344)	747.656	751.568
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	7.689	43	(254)	7.478	8.971	(254)	8.717	16.195
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	18.086	84	(242)	17.928	12.833	(74)	12.759	30.687
Subtotal	270.701	78.486	(8.064)	341.123	3.395.935	(26.626)	3.369.309	3.710.432
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES - Complexo Ventus	27.007	576	(70)	27.513	130.532	(338)	130.194	157.707
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.114	1.751	(1.553)	12.312	118.640	(9.808)	108.832	121.144
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.302	501	(1.429)	20.374	121.069	(7.978)	113.091	133.465
BNDES - Complexo Cassino	16.072	433	(817)	15.688	107.862	(5.377)	102.485	118.173
Outros	29.662	—	—	29.662	16.685	—	16.685	46.347
Subtotal	106.157	3.261	(3.869)	105.549	494.788	(23.501)	471.287	576.836
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (2020)	281.089	27	—	281.116	281.088	—	281.088	562.204
Scotiabank 4131 (2021)	—	3.597	—	3.597	668.225	—	668.225	671.822
Subtotal	281.089	3.624	—	284.713	949.313	—	949.313	1.234.026
Total da dívida	657.947	85.371	(11.933)	731.385	4.840.036	(50.127)	4.789.909	5.521.294

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe *swap*, demonstrado na nota explicativa nº 29.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.663.550	204.054	1.234.025	5.101.629	3.710.432	576.836	1.234.026	5.521.294
Ingressos	600.000	—	—	600.000	600.000	—	—	600.000
Encargos financeiros	258.485	9.287	17.604	285.376	260.993	26.937	17.604	305.534
Variação cambial	—	—	153.327	153.327	—	—	153.327	153.327
Variação monetária	56.896	4.970	—	61.866	58.410	6.233	—	64.643
Pagamento de principal	(231.937)	(37.781)	—	(269.718)	(244.734)	(71.540)	—	(316.274)
Pagamento de encargos financeiros	(279.464)	(9.714)	(20.825)	(310.003)	(281.943)	(27.185)	(20.826)	(329.954)
Diferimento dos custos de transação (i)	(20.057)	(465)	—	(20.522)	(20.057)	(2.304)	—	(22.361)
Amortização dos custos de transação	6.550	60	—	6.610	6.922	2.933	—	9.855
Saldo em 30 de setembro de 2024	4.054.023	170.411	1.384.131	5.608.565	4.090.023	511.910	1.384.131	5.986.064

(i) O aumento no diferimento dos custos de transação está relacionado aos pagamentos do "waiver fee", após aprovação de debenturistas e demais credores, como parte das condições precedentes dispostas no *Business Combination Agreement* com a Auren Energia S.A., detalhado na nota explicativa 1.1.

Notas Explicativas



15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2024 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Operações	11ª Emissão - Debêntures	600.000	16/4/2024	IPCA + 6,50%	Marco de 2025	Semestral (a partir de setembro de 2025)	608.554	Marco de 2038	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de caixa.

Para o período findo em 30 de setembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024		31/12/2023		30/09/2024		31/12/2023	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	10,65%	11,65%	2.163.008	38,24	2.184.500	42,53	2.163.008	35,69	2.184.500	39,13
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	4,42%	4,62%	1.970.897	34,84	1.559.263	30,36	2.007.517	33,12	1.606.969	28,78
TJLP (índice do último dia útil do período)	6,91%	6,55%	138.714	2,45	158.115	3,08	378.719	6,25	425.354	7,62
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	127.422	2,10	132.505	2,37
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,4481	4,8413	1.384.131	24,47	1.234.025	24,03	1.384.131	22,84	1.234.026	22,10
Total			5.656.750	100,00	5.135.903	100,00	6.060.797	100,00	5.583.354	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora					Consolidado					
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	Total
2025	12.599	6.800	457.044	(2.410)	474.033	23.873	23.924	457.044	64	(3.554)	501.351
2026	717.358	27.201	47.004	(9.512)	782.051	717.359	79.651	47.004	132	(13.593)	830.553
2027	1.837.138	27.201	—	(7.909)	1.856.430	1.837.138	81.754	—	138	(11.990)	1.907.040
2028	448.095	27.201	—	(4.920)	470.376	448.095	82.426	—	147	(9.001)	521.667
2029	450.381	22.668	—	(2.529)	470.520	450.381	80.591	—	186	(6.562)	524.596
2030 em diante	548.117	—	—	(11.889)	536.228	548.116	76.504	—	606	(16.441)	608.785
	4.013.688	111.071	504.048	(39.169)	4.589.638	4.024.962	424.850	504.048	1.273	(61.141)	4.893.992

Notas Explicativas



16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.427	113.378
Remensuração (i)	986	2.869
Encargos financeiros	643	7.901
Pagamento de encargos financeiros	(643)	(7.901)
Pagamento de principal	(1.860)	(4.629)
Saldos em 30 de setembro de 2024	21.553	111.618
Circulante	1.884	4.788
Não circulante	19.669	106.830

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2024	697	896
2025	1.187	3.892
Subtotal	1.884	4.788
NÃO CIRCULANTE		
2025	379	1.228
2026	1.648	4.376
2027	1.884	5.546
2028	734	4.670
2029	326	4.664
2030 em diante	14.698	86.346
Subtotal	19.669	106.830
Total	21.553	111.618

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas AGV, Boa Hora e Tietê Integra, totalizando R\$ 16.237 em 30 de setembro de 2024 (R\$ 15.714 em 31 de dezembro de 2023) (nota explicativa nº 28). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 11,49% a.a. e vigência até julho de 2043. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

Notas Explicativas



17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Ativos e passivos atuariais

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais		594.207	594.471
Valor justo dos ativos do plano		(500.722)	(500.722)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	28	93.485	93.749
Valor presente das obrigações atuariais		11.624	10.258
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria		11.624	10.258
Total das obrigações com benefícios pós-emprego		105.109	104.007

17.2 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Nota	Controladora e Consolidado			
		01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Juros sobre a obrigação atuarial		13.500	40.500	14.836	44.508
Rendimento esperado sobre os ativos do plano		(11.409)	(34.225)	(12.326)	(36.977)
Subtotal das despesas benefício definido	28	2.091	6.275	2.510	7.531
Contribuição definida		935	2.446	2.538	6.661
Total da despesa com entidade de previdência privada		3.026	8.721	5.048	14.192
Custo dos serviços correntes		232	696	175	525
Juros sobre a obrigação atuarial		224	671	204	611
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria		456	1.367	379	1.136
Total das despesas com benefícios pós-emprego		3.482	10.088	5.427	15.328

17.3 Movimentações do passivo registrado

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023
Saldo no início do período		104.007	110.690
Despesa do período com previdência privada	28	6.275	11.557
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)		1.367	—
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)		—	(10.199)
Pagamentos de contribuições	28	(6.540)	(8.041)
Saldo no final do período		105.109	104.007

Notas Explicativas



18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Trabalhista (a)	4.145	4.010	2.836	2.668	4.145	4.010	2.836	2.668
Meio ambiente (b)	2.465	2.472	—	—	2.465	2.472	—	—
Regulatório (c)	58.439	56.874	—	—	58.439	56.874	—	—
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.796	6.637	—	—	6.796	6.637	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	1.059	989	1.070	1.035	2.693	2.243	1.070	1.035
Cível (e)	8.886	—	—	35	8.886	—	—	35
Total	81.790	70.982	3.906	3.738	83.424	72.236	3.906	3.738
Circulante	7.452	7.254			7.452	7.254		
Não Circulante	74.338	63.728			75.972	64.982		
Total	81.790	70.982			83.424	72.236		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$7.820 em 30 de setembro de 2024 (R\$6.946 em 31 de dezembro de 2023), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	30/09/2024				31/12/2023			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	2.836	269	154	3.259	2.668	63	148	2.879
Fiscal	1.070	—	—	1.070	1.035	—	—	1.035
Cível	—	40	—	40	35	3	—	38
Imobiliárias	—	3.451	—	3.451	—	2.994	—	2.994
	3.906	3.760	154	7.820	3.738	3.060	148	6.946

Notas Explicativas



A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	7.626	—	70.982
Provisão	806	—	—	—	8.719	9.525
Reversão de provisão	(888)	(7)	—	—	—	(895)
Atualização monetária (nota 27)	218	—	1.565	229	167	2.179
Pagamentos	(1)	—	—	—	—	(1)
Saldos em 30 de setembro de 2024	4.145	2.465	58.439	7.855	8.886	81.790

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.010	2.472	56.874	8.880	—	72.236
Provisão	806	—	—	281	8.719	9.806
Reversão de provisão	(888)	(7)	—	—	—	(895)
Atualização monetária (nota 27)	218	—	1.565	328	167	2.278
Pagamentos	(1)	—	—	—	—	(1)
Saldos em 30 de setembro de 2024	4.145	2.465	58.439	9.489	8.886	83.424

- (a) **Trabalhistas:** Existem 134 processos (102 em 31 de dezembro de 2023) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 16 processos (14 em 31 de dezembro de 2023). Em 30 de setembro de 2024, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$ 4.145 (R\$ 4.010 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 88 processos (89 em 31 de dezembro de 2023) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 76 demandas (77 em 31 de dezembro de 2023), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.465 (R\$2.472 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

- (c) **Regulatório:** Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente

Notas Explicativas



a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2024 corresponde a R\$58.439 (R\$56.874 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2025.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$94.513 (R\$92.248 em 31 de dezembro de 2023) envolvidos na discussão, R\$6.796 (R\$6.637 em 31 de dezembro de 2023) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2026. O detalhamento da redução do total do débito envolvido está descrito nos itens d.1 (i) e (ii) das causas possíveis.

(d.2) Mandado de Segurança ajuizado para assegurar de não serem compelidas ao recolhimento, no período de 2.1.2023 a 2.4.2023 (inclusive), PIS e COFINS, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, de modo a se submeterem, neste período, às alíquotas de 0,33% e 2%, tal como previsto no Decreto nº 11.322/2022, em razão do respeito à anterioridade nonagesimal do art. 195, § 6º da CF/88. Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida decisão deferindo a liminar. Em 04 de setembro de 2023, foi proferida decisão de primeira instância que julgou improcedente o pedido diante do ADC84 do STF, que, em sede de medida cautelar, definiu que não se aplicaria o princípio da anterioridade nonagesimal. Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que a empresa realizou os depósitos judiciais relativos a diferenças de alíquotas discutidas neste caso, no valor de R\$ 2.693.

(e) Cível:

(e.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Em abril de 2024, foi proferida sentença parcialmente favorável à Companhia. Em face da parcela desfavorável da sentença, foram opostos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. O prognóstico desse caso era tratado como possível até maio de 2024. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$8.886, atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$14.146 em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da

Notas Explicativas



Companhia e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	—	14.146	95.993	106.391
Regulatório (c)	33.898	46.677	33.898	46.677
Fiscal (d)	1.282.342	1.620.565	1.282.342	1.620.565
Total	1.316.240	1.681.388	1.412.233	1.773.633

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Abaixo, segue detalhamento das referidas ações.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em agosto de 2019, foi proferida decisão de 2ª instância parcialmente favorável, reconhecendo a necessidade de aplicação do Novo Código Florestal para delimitação da Área de Preservação Permanente (APP) do entorno do reservatório para fins de recomposição ambiental, ficando mantida a condenação para recomposição de mata ciliar na área de APP. Em face da parcela desfavorável da decisão, a Companhia interpôs recursos, os quais encontram-se pendentes de decisão definitiva. Além disso, existe um projeto em andamento junto a área ambiental para assegurar que 100% do reflorestamento tenha sido cumprido até o trânsito em julgado da decisão.
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da Companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a

Notas Explicativas

margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Em agosto de 2023, foi proferida sentença julgando procedente a ação, ficando a Companhia condenada a (i) apresentar e implementar projeto de reflorestamento da mata ciliar do reservatório; (ii) realizar o monitoramento da qualidade da água do reservatório; e (iii) estabelecer, junto com o órgão ambiental CETESB, plano de contingência para controle e redução das cianobactérias no reservatório. A Companhia apresentou embargos de declaração, que foram negados. Em face desta decisão, Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual foi recebido no efeito suspensivo e, portanto, suspendeu as obrigações determinadas na decisão de primeira instância. Em setembro de 2024, os recursos de apelação da Companhia e da CETESB foram julgados parcialmente procedentes pela 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP, afastando a condenação de (a) monitoramento do Rio Tietê, com coletas e reportes mensais à CETESB; e (b) obrigação de pagar pelos danos eventualmente considerados irreversíveis. A Companhia apresentará, oportunamente, os recursos pertinentes em face do acórdão proferido.

(b) Cível:

- (b.1) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$82.124, atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$79.615 em 31 de dezembro de 2023), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 30 de setembro de 2024, o montante em discussão totaliza a importância de R\$33.898 (R\$46.677 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$ 87.717 de um total

Notas Explicativas

de R\$ 94.513 (R\$ 85.611 de um total de R\$ 92.248 em 31 de dezembro de 2023), conforme abaixo:

- i. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.312 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$24.729 em 31 de dezembro de 2023). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial, ao qual foi dado parcial provimento para determinar o retorno dos autos à origem para que seja proferido despacho complementar acerca do saldo negativo de CSLL apurado em 2002. Tal despacho reconheceu a parcela de crédito de saldo negativo e resultou em cancelamento parcial do débito. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$47.201), a importância de R\$22.861 foi definitivamente cancelada. Em face da parcela desfavorável, em abril de 2023, a Companhia apresentou nova manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - ii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.891 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$ 25.266 em 31 de dezembro de 2023). Em dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em segunda instância administrativa. Em face desta decisão, ambas as partes interpuseram recurso especial. Em junho de 2023, tornou-se definitiva a parcela da decisão que reduziu parcialmente o débito em questão. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$54.450), a importância de R\$ 26.244 foi definitivamente cancelada. Em abril de 2024, encerrou-se a discussão na esfera administrativa. A Companhia, oportunamente, ingressará com ação anulatória para discussão da parcela remanescente na esfera judicial. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima-se que o processo será concluído durante o ano de 2028.
 - iii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2004, no montante total de R\$30.592 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$ 29.865 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - iv. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL e IRPJ do ano calendário 2005, no montante total de R\$12.718 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$ 12.388 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$189.499 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$183.222 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Com o encerramento parcialmente favorável da discussão na esfera administrativa, em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro

Notas Explicativas



de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, ambos inadmitidos. Nesse sentido, tendo em vista o encerramento dos embargos à execução fiscal, a Companhia aguarda o retorno dos autos à primeira instância para execução de condenação no valor de R\$ 1.491 a título de multa (atualizado em 30 de setembro de 2024). Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, em maio de 2024 foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e, em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Atualmente, aguarda-se julgamento. Em que pese o encerramento, o prognóstico de perda da ação anulatória da ação anulatória permanece inalterado.

- (d.3) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Com o encerramento da discussão administrativa de modo parcialmente favorável à Companhia, em março de 2018, os valores relativos às estimativas de IRPJ e multa de mora referentes a dezembro de 2004 (R\$ 17.819) foram submetidos à discussão em sede de execução fiscal e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução. Para a parcela relativa à multa isolada sobre as estimativas de dezembro de 2007 (R\$ 1.767), cuja discussão administrativa teve encerramento de modo desfavorável em abril de 2024, a Companhia apresentou seguro garantia e, em junho de 2024, opôs embargos à execução fiscal, os quais também aguardam julgamento. O valor total atualizado do caso para 30 de setembro de 2024 é de R\$19.777 (R\$19.203 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.4) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 424.971 atualizado até 30 de setembro de 2024. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$424.971, R\$ 121.511 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$303.461 atribuíveis à Companhia. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da Companhia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A Companhia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável. Em setembro de 2024 foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente o recurso voluntário da Companhia. Em face da parcela desfavorável, oportunamente, será interposto o recurso cabível. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade (vide nota 28.2). Segundo os assessores legais da Companhia, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 135.570 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$128.705 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia,

Notas Explicativas

ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário. Em setembro de 2024 foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente o recurso voluntário da Companhia. Em face da parcela desfavorável, oportunamente, será interposto o recurso cabível.

- (d.6) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2024 é de R\$ 10.576 (R\$10.205 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.7) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços (“ISS”) sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 30 de setembro de 2024 é de R\$ 7.022 (R\$ 6.492 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.8) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Brasileira Participações recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de R\$ 421.508 atualizado até 30 de setembro de 2024 (R\$ 670.335 em 31 de dezembro de 2023) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A. Em virtude do encerramento na esfera administrativa de modo desfavorável e por voto de qualidade, por não haver mais a possibilidade de recurso, em maio de 2016 a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em 10 de novembro de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Brasileira Participações. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em 20 de maio de 2018, a Brasileira Participações foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Brasileira Participações interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 28.2.

Paralelamente à discussão judicial, em novembro de 2023 a Brasileira Participações apresentou Pedido de Revisão de Dívida Inscrita (“PRDI”) objetivando a exoneração dos valores atribuídos a título de multa, em observância ao artigo 15 da Lei 14.689/23, o qual prevê a possibilidade de exclusão da multa de ofício/mora na hipótese de julgamento resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade, inclusive para os casos atualmente em disputa na esfera judicial. Nesse sentido, em setembro de 2024 foi proferido despacho definitivo em favor da Brasileira Participações determinando a exoneração dos valores pleiteados. A referida decisão ocasionou uma redução de aproximadamente R\$ 267.9 MM no valor atualizado da cobrança.

Notas Explicativas



(d.9) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Brasileira Participações foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Brasileira Participações é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Brasileira Participações. Em face da referida decisão, a Brasileira interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2024 é R\$ 90.065. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 28.2.

(d.10) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Receita Federal não reconheceu os créditos de IRRF, existentes em função da distribuição de JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. A discussão administrativa encerrou-se de modo o favorável a Brasileira Participações. No entanto, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 5.102, atualizados até 30 de setembro de 2024. Em decorrência, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O processo aguarda julgamento em 1ª instância. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 28.2.

18.3 Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

	Controladora					
	30/09/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	9	227.242	0,15% a 1,20%	8	209.082	0,15% a 0,60%
Cível	2	57.205	0,18% a 1,00%	2	65.561	0,35% a 1,00%
	11	284.447		10	274.643	
	Consolidado					
	30/09/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	12	231.815	0,15% a 1,20%	13	214.088	0,15% a 1,30%
Cível	2	57.205	0,18% a 1,00%	2	65.561	0,35% a 1,00%
	14	289.020		15	279.649	

Notas Explicativas



19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	8.219	13.631	8.219	13.631
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.181	5.296	6.181	5.296
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	1.070	814	1.070	814
Ministério de minas e energia	535	407	535	407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	321	244	321	244
Taxa de fiscalização ANEEL	914	840	1.235	1.135
Total	17.240	21.232	17.561	21.527

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Participação nos lucros e resultados	20.195	19.994	20.235	20.056
Férias	15.887	16.667	15.957	16.739
Encargos sociais sobre férias e gratificações	7.958	6.083	7.992	6.108
Folha de pagamento	6.155	413	6.186	413
Adiantamento de clientes	579	579	3.860	3.955
Imposto de renda sobre folha de pagamento	2.504	2.986	2.519	2.996
Meio ambiente	1.259	1.282	1.259	1.282
Demais obrigações	534	524	2.126	13.094
Subtotal	55.071	48.528	60.134	64.643
NÃO CIRCULANTE				
Provisões para desmobilização (ii)	—	—	52.212	46.981
Meio ambiente	11.696	11.387	11.778	11.387
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.927	2.917	4.927	2.917
Retenções contratuais (i)	—	—	839	1.145
Obrigações especiais	439	693	439	693
Demais obrigações	1.773	1.776	6.714	5.962
Subtotal	18.835	16.773	76.909	69.085
Total	73.906	65.301	137.043	133.728

(i) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

(ii) A movimentação da provisão para desmobilização é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.981
Adições	644
Atualização	4.587
Saldos em 30 de setembro de 2024	52.212

Notas Explicativas



21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$ 4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$ 4.600.000 em 31 de dezembro de 2023).

O capital subscrito da Companhia em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 1.823.775 (R\$ 1.799.262 em 31 de dezembro de 2023), representado em 2.031.549.574 ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia.

	30/09/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Acionista				
AES Brasil Energia S.A.	2.031.549.574	100,00	2.014.441.535	100,00
Ações ordinárias em circulação	2.031.549.574	100,00	2.014.441.535	100,00

Em 26 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Aumento de Capital da Companhia através da emissão de 17.108.039 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$1,43 por ação, totalizando R\$24.513, mediante capitalização parcial da reserva de ágio.

21.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30/09/2024	31/12/2023
Reservas de capital:		
Reserva especial de ágio na incorporação	73.138	97.651
Perda em transação de aquisição sob controle comum	(40.500)	(40.500)
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas (i)	4.699	4.699
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	47.006	71.519
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	430.914	468.340
Plano de previdência privada e programa de incentivo a aposentadoria	(57.475)	(57.475)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(37.309)	(54.683)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(12.501)	(12.571)
Opção de recompra de participação acionária	(8.789)	(5.527)
Subtotal	314.840	338.084
Reserva de lucros		
Reserva legal	138.227	138.227
Reserva de investimentos (ii)	183.280	383.280
Reserva estatutária	166.961	166.961
Subtotal	488.468	688.468
Total	850.314	1.098.071

(i) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da *The AES Corporation* aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

(ii) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 24 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos sobre lucros de períodos anteriores, à conta de reserva de investimentos, no valor total de R\$200.000, sendo pagos os montantes de R\$50.000 em 25 de setembro de 2024 e R\$50.000 em 11 de outubro de 2024. O saldo restante será pago até o final do exercício social.

Notas Explicativas

**21.2 Participação de acionistas não controladores**

O saldo em 30 de setembro de 2024 de R\$1.074.836 (R\$1.037.514 em 31 de dezembro de 2023) é composto pela controlada direta Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A, com participação de 23,41% em suas ações preferenciais.

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação de geração de energia eólica e solar.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Guaimbê Holding, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

Dividendos

De acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, da controlada indireta Guaimbê Holding, de 19 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 49.489 dos quais foram distribuídos R\$ 12.372 a controlada direta AES Operações e R\$ 37.117 ao acionista não controlador. Nesta data, também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 13.373 dos quais foram distribuídos R\$ 3.343 a controlada direta AES Operações e R\$ 10.030 ao acionista não controlador.

22. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o período findo em 30 de setembro de 2024 e 2023.

	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Numerador:				
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(45.919)	(84.548)	29.547	59.481
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	2.020.441	2.020.441	2.014.442	2.014.442
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,02273)	(0,04185)	0,01467	0,02953

Notas Explicativas



23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

		Controladora							
		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	
Notas		MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais (ii)		3.579.702	661.913	10.633.208	1.950.348	3.012.088	601.597	8.697.849	1.767.050
Mercado de curto prazo									
MRE		202.891	2.882	221.068	2.526	665.338	8.221	2.008.113	26.758
SPOT		57.953	17.259	165.054	23.800	122.108	8.505	201.027	13.889
Outros		—	643	—	1.385	—	3.581	—	13.829
Partes relacionadas	28	1.285.235	174.155	2.886.329	327.200	912.098	79.165	1.690.047	172.240
Outras receitas		—	238	—	5.615	—	753	—	6.561
Receita operacional bruta		5.125.781	857.090	13.905.659	2.310.874	4.711.632	701.822	12.597.036	2.000.327
PIS e Cofins		—	(75.663)	—	(201.017)	—	(58.492)	—	(168.843)
CFURH		—	(11.204)	—	(36.249)	—	(15.673)	—	(50.860)
ICMS e outros		—	(42.233)	—	(134.345)	—	(56.306)	—	(160.974)
Pesquisa e desenvolvimento		—	(7.146)	—	(18.972)	—	(5.597)	—	(15.803)
Receita operacional líquida		5.125.781	720.844	13.905.659	1.920.291	4.711.632	565.754	12.597.036	1.603.847

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Compreende contratos hídricos.

		Consolidado							
		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	
Notas		MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais (ii)		3.736.537	692.554	10.937.782	2.039.215	3.146.311	615.412	8.911.552	1.840.894
Mercado de curto prazo									
MRE		202.891	2.882	221.068	2.526	665.338	8.221	2.008.113	26.758
SPOT		219.645	36.523	326.746	43.062	115.298	7.534	201.027	13.889
Outros		—	3.586	—	6.305	—	19.520	—	31.421
Contratos de energia eólicos		815.681	196.149	1.785.049	418.358	706.636	189.019	1.780.089	429.137
Contratos de energia solares		125.678	42.358	399.690	135.463	136.433	44.549	412.924	135.425
Partes relacionadas	28	1.153.596	130.585	2.218.258	237.918	553.052	47.196	937.360	96.435
Outras receitas		—	306	—	6.542	—	32.114	—	37.971
Receita operacional bruta		6.254.028	1.104.943	15.888.593	2.889.389	5.323.068	963.565	14.251.065	2.611.930
PIS e Cofins		—	(88.269)	—	(229.041)	—	(70.291)	—	(198.503)
CFURH		—	(11.204)	—	(36.249)	—	(15.673)	—	(50.860)
ICMS e outros		—	(49.854)	—	(155.930)	—	(63.309)	—	(180.045)
Pesquisa e desenvolvimento		—	(7.146)	—	(18.972)	—	(5.597)	—	(15.803)
Receita operacional líquida		6.254.028	948.470	15.888.593	2.449.197	5.323.068	808.695	14.251.065	2.166.719

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Compreende contratos hídricos e contratos varejistas.

Notas Explicativas



24. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

		Controladora							
		01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	
Notas		MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia									
		1.272.560	(203.791)	3.223.254	(530.810)	1.276.513	(194.000)	2.542.341	(466.015)
Contratos bilaterais									
Contratos com partes relacionadas	28	1.887.799	(254.115)	3.121.019	(398.186)	715.526	(82.930)	1.182.381	(139.257)
Mercado de curto prazo									
MRE		(27.732)	279	1.199.421	(19.064)	—	—	4.462	141
SPOT		159.975	(14.410)	364.669	(26.409)	(78.143)	5.395	8.799	(607)
Outros		—	—	—	(75)	—	53	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica		—	(58.366)	—	(176.310)	—	(68.526)	—	(167.595)
Taxa de fiscalização ANEEL		—	(3.175)	—	(9.505)	—	(2.821)	—	(8.503)
Crédito de PIS e Cofins		—	45.138	—	99.852	—	37.900	—	69.374
Outros custos de operacionais com partes relacionadas	28	—	—	—	(1.738)	—	—	—	(28.166)
Subtotal		3.292.602	(488.440)	7.908.363	(1.062.245)	1.913.896	(304.929)	3.737.983	(740.628)
Custo da operação									
Pessoal e administradores		—	(32.339)	—	(87.770)	—	(29.926)	—	(88.335)
Benefícios pós-emprego		—	(189)	—	(977)	—	(2.599)	—	(5.428)
Serviços de terceiros com partes relacionadas	28	—	(3.404)	—	(9.651)	—	(3.901)	—	(5.137)
Serviços de terceiros		—	(20.781)	—	(73.388)	—	(19.585)	—	(54.279)
Material		—	(3.848)	—	(11.453)	—	(2.881)	—	(8.897)
Depreciação e amortização		—	(66.205)	—	(197.657)	—	(62.062)	—	(188.324)
Seguros		—	(10.747)	—	(29.684)	—	(8.143)	—	(22.468)
Arrendamentos e aluguéis		—	(163)	—	(639)	—	(287)	—	(902)
Contribuições setoriais		—	(2.363)	—	(7.177)	—	(2.284)	—	(6.638)
Outros custos operacionais		—	(45)	—	(754)	—	(357)	—	(640)
Subtotal		—	(140.084)	—	(419.150)	—	(132.025)	—	(381.048)
Total		3.292.602	(628.524)	7.908.363	(1.481.395)	1.913.896	(436.954)	3.737.983	(1.121.676)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



Consolidado								
01/07/2024 a 30/09/2024		01/01/2024 a 30/09/2024		01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		
Notas	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia								
Contratos bilaterais	1.272.560	(230.680)	3.223.254	(558.980)	1.364.362	(194.810)	2.794.536	(468.074)
Contratos com partes relacionadas	28 1.887.799	(251.692)	3.121.019	(395.786)	767.516	(82.925)	1.182.381	(139.253)
Mercado de curto prazo								
MRE	(27.732)	279	1.199.421	(19.064)	—	—	4.462	141
SPOT	179.812	(16.289)	438.826	(31.875)	(42.026)	3.925	44.916	(4.874)
Outros	—	(48)	—	(1.161)	—	(180)	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(77.348)	—	(231.948)	—	(86.611)	—	(220.264)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(4.409)	—	(13.204)	—	(3.946)	—	(11.911)
Crédito de PIS e Cofins	—	47.296	—	106.269	—	39.805	—	74.866
Subtotal	3.312.439	(532.891)	7.982.520	(1.145.749)	2.089.852	(324.742)	4.026.295	(769.369)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	—	(32.587)	—	(88.521)	—	(30.141)	—	(88.966)
Benefícios pós-emprego	—	(194)	—	(990)	—	(2.603)	—	(5.442)
Serviços de terceiros com partes relacionadas	28 —	(3.404)	—	(9.651)	—	(3.901)	—	(5.137)
Serviços de terceiros	—	(46.312)	—	(148.926)	—	(45.055)	—	(128.819)
Material	—	(9.178)	—	(25.499)	—	(4.476)	—	(22.121)
Depreciação e amortização	—	(128.824)	—	(382.096)	—	(125.452)	—	(376.784)
Seguros	—	(15.187)	—	(42.771)	—	(11.735)	—	(32.275)
Arrendamentos e aluguéis	—	(695)	—	(1.312)	—	(72)	—	(1.022)
Contribuições setoriais	—	(2.392)	—	(8.237)	—	(4.024)	—	(7.384)
Outras receitas (custos) operacionais	—	(2.293)	—	(3.374)	—	555	—	788
Subtotal	—	(241.066)	—	(711.377)	—	(226.904)	—	(667.162)
Total	3.312.439	(773.957)	7.982.520	(1.857.126)	2.089.852	(551.646)	4.026.295	(1.436.531)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

25. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora				
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Pessoal e administradores	(23.175)	(78.286)	(25.009)	(72.728)
Benefícios pós-emprego	(973)	(2.151)	(108)	(1.743)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 28)	(4.899)	(13.897)	(5.621)	(19.584)
Serviços de terceiros	(7.498)	(24.095)	(9.807)	(25.708)
Material	(744)	(1.720)	(492)	(1.472)
Seguros	—	—	(81)	(81)
Arrendamentos e aluguéis	(148)	(786)	(22)	(43)
Depreciação e amortização	(22)	(655)	(191)	(83)
Total	(37.459)	(121.590)	(41.331)	(121.442)

Consolidado				
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Pessoal e administradores	(23.169)	(78.288)	(25.007)	(72.733)
Benefícios pós-emprego	(973)	(2.152)	(109)	(1.744)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 28)	(4.899)	(13.897)	(5.621)	(19.584)
Serviços de terceiros	(9.466)	(28.551)	(9.893)	(30.983)
Material	331	(439)	(1.307)	(2.568)
Seguros	(77)	(77)	(99)	(126)
Arrendamentos e aluguéis	(165)	(783)	(22)	(43)
Depreciação e amortização	(88)	(945)	(231)	(213)
Total	(38.506)	(125.132)	(42.289)	(127.994)

Notas Explicativas

**26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS**

	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Baixa no contas a receber de venda de controlada (i)	—	—	—	(23.208)
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (ii)	—	(22.186)	—	—
Recebimento massa falida - Banco Santos (iii)	—	5.635	5.779	5.779
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	—	—	—	(113)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iv)	642	(9.087)	(676)	14.366
Contribuições setoriais	—	—	(296)	(1.033)
Outros	(791)	(1.464)	(51)	(813)
Total	(149)	(27.102)	4.756	(5.022)

	Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Baixa no contas a receber de venda de controlada (i)	—	—	—	(23.208)
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (ii)	—	(22.186)	—	—
Recebimento massa falida - Banco Santos (iii)	—	5.635	5.779	5.779
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iv)	642	(9.087)	(851)	14.191
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	8	(90)	(259)	(372)
Contribuições setoriais	—	—	(322)	(1.104)
Outros	(2.654)	(3.580)	(140)	2.060
Total	(2.004)	(29.308)	4.207	(2.654)

(i) O saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

(ii) Refere-se ao ajuste de preço a pagar pela Companhia, em decorrência do *Earn-out* e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A. em 03 de agosto de 2017.

(iii) Refere-se aos recebimentos que a Companhia tem direito sobre a massa falida do banco Santos. Após a decretação da falência pelo banco, a Companhia foi obrigada a habilitar os valores nos autos e periodicamente recebe esses numerários.

(iv) Em março de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 13.748 relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.

Notas Explicativas



27. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	28.229	76.830	36.118	104.199
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	32	55	134	(2.247)
Atualização de créditos tributários	2.193	2.410	3.913	3.913
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7	788	2.822	686
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.474)	(3.886)	(1.948)	(5.332)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas	28	435	1.288	415
Outras	6	32	4	13
Variações Cambiais:				
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	28	41	(439)	(443)
Outras receitas cambiais	—	3	4	34
Total	30.250	79.115	38.883	105.835
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(102.249)	(291.986)	(112.711)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira		(37.018)	(108.533)	(43.802)
Encargos de dívidas - partes relacionadas		—	—	—
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2	(13.122)	(61.866)	(7.761)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17	(2.315)	(6.946)	(2.714)
Juros capitalizados no imobilizado/intangível em curso	11 e 30	2.369	8.136	7.250
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(201)	(643)	(210)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1	(1.282)	(2.179)	1.321
Despesa de subarrendamento		(434)	(1.288)	(415)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		656	(2.431)	224
Outras		(510)	(2.382)	(1.543)
Variações Cambiais:				
Operações de swap		—	—	—
Outros		15	(288)	356
Total	(154.091)	(470.406)	(160.005)	(529.799)
Total Líquido	(123.841)	(391.291)	(121.122)	(423.964)

Notas Explicativas



Notas	Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	41.349	111.654	48.184	145.066
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	54	124	137	(2.235)
Atualização de créditos tributários	3.514	15.751	4.313	4.413
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7	9.211	26.730	9.603
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.631)	(4.290)	(2.087)	(6.011)
Outras	191	225	5	59
Variações Cambiais:				
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	28	41	(439)	(443)
Outras receitas cambiais	172	200	10	39
Total	52.901	149.955	59.722	171.218
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(109.784)	(315.389)	(121.488)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira	(37.018)	(108.533)	(43.802)	(132.433)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2	(13.887)	(64.643)	(8.724)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17	(2.315)	(6.946)	(2.714)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	11 e 30	4.737	22.151	9.224
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(2.602)	(7.901)	(2.837)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1	(1.316)	(2.278)	1.300
Despesa de subarrendamento	(434)	(1.288)	(415)	(1.213)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	614	(3.822)	251	(1.840)
Atualização monetária de ressarcimento	8	(2.069)	(6.485)	(3.330)
Outras	(2.256)	(6.480)	(2.588)	(9.000)
Variações Cambiais:				
Operações de swap	—	—	—	(1.203)
Outros	(39)	(77)	338	(528)
Total	(166.369)	(501.691)	(174.785)	(550.551)
Total Líquido	(113.468)	(351.736)	(115.063)	(379.333)

Notas Explicativas



28. PARTES RELACIONADAS

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativo					
Contas a receber					
		—	28.574	—	28.574
		15.701	14.697	—	—
		16.792	1.304	16.792	1.304
		884	—	—	—
		455	2.234	455	2.234
		1.645	—	—	—
		329	644	—	—
		797	1.214	797	1.214
		590	1.145	590	1.145
		—	44	—	44
		27	—	27	—
Subtotal Contas a receber		37.220	49.856	18.661	34.515
Contas a receber - Capitalização de mão de obra própria					
		—	237	—	—
		—	2.838	—	—
		683	1.343	683	1.343
		784	1.679	784	1.679
		31	—	—	—
		76	—	76	—
Subtotal Contas a receber - Capitalização de mão de obra própria		1.574	6.097	1.543	3.022
Total Contas a receber	4	38.794	55.953	20.204	37.537
Outros ativos - Subarrendamento e contas a receber					
		364	334	—	—
		4	3	—	—
Subtotal Outros ativos - Subarrendamento	9	368	337	—	—
Outros ativos - Dividendos a receber					
		21	—	—	—
		45	45	—	—
		1.221	911	1.221	911
		1.624	771	—	—
Subtotal Outros ativos - Dividendos a receber	9	2.911	1.727	1.221	911
Outros ativos - Alocação de custos					
		73	74	73	73
Subtotal Outros ativos - Alocação de custos	9	73	74	73	73
Total Outros ativos		3.352	2.138	1.294	984
Total Circulante		42.146	58.091	21.498	38.521
Outros ativos - Não circulante					
		4.812	5.581	4.812	5.581
		15.712	15.225	—	—
		157	152	—	—
Total Não circulante - Outros ativos	9	20.681	20.958	4.812	5.581
Total do Ativo		62.827	79.049	26.310	44.102
Passivo					
Fornecedores					
		—	13.390	—	13.390
		12.790	17.167	12.790	17.167
		19.208	12.682	19.208	12.682
		—	—	—	—
		1.684	—	—	—
		2.297	3.199	2.297	3.199
		—	—	2	—
		—	536	—	—
Total Fornecedores	13	35.979	46.974	34.297	46.438
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar					
		158.787	8.787	158.787	8.787
Subtotal Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		158.787	8.787	158.787	8.787
Total Circulante		194.766	55.761	193.084	55.225
Obrigações com entidade de previdência privada - Não Circulante					
		93.485	93.749	93.485	93.749
Total obrigações com entidade de previdência privada	17	93.485	93.749	93.485	93.749
Total do Passivo		288.251	149.510	286.569	148.974

Notas Explicativas



Notas	Controladora			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Resultado				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (i)	22.226	65.178	19.460	56.634
Subtotal	22.226	65.178	19.460	56.634
Venda de energia - Complexo Alto Sertão II (ix)	12.137	12.137	7.205	10.802
Venda de energia - AES Comercializadora (xi)	97.323	175.353	46.464	95.703
Venda de energia - Complexo Guaimbê	—	—	53	455
Venda de energia - Complexo Ventus (ix)	—	—	90	587
Venda de energia - Complexo MS e Santos (ix)	7.444	8.026	4.923	5.437
Venda de energia - Complexo Ouroeste (ix)	1.349	1.527	233	469
Venda de energia - Complexo Cassino	43	1.315	4	1.420
Venda de energia - Complexo Cajuína (xiii)	31.819	56.009	—	—
Venda de energia - Complexo Tucano (xii)	—	2.228	733	733
Outras receitas - Complexo Tucano (vi)	833	2.499	—	—
Outras receitas - Complexo Cajuína	609	1.828	—	—
Outras receitas - Complexo Alto Sertão II	204	602	—	—
Outras receitas - Complexo Ouroeste	24	72	—	—
Outras receitas - Complexo Ventus	90	270	—	—
Outras receitas - Complexo Guaimbê	54	156	—	—
Subtotal	151.929	262.022	59.705	115.606
Total Receita operacional líquida	23	174.155	79.165	172.240
Energia elétrica comprada para revenda				
Complexo Ouroeste (ix)	(2.428)	(2.428)	—	—
AES Comercializadora (xi)	(180.701)	(243.295)	(56.625)	(97.560)
Complexo Tucano (xii)	(35.586)	(76.856)	(21.087)	(36.479)
Complexo Cajuína (xiii)	(35.400)	(75.607)	(5.218)	(5.218)
Subtotal Energia elétrica comprada para revenda	24	(254.115)	(82.930)	(139.257)
Custo de produção e operação de energia				
Big Sky (v)	(3.404)	(9.651)	(3.901)	(5.137)
Subtotal Custo de produção e operação de energia	24	(3.404)	(3.901)	(5.137)
Custo de produção e operação de energia				
Complexo Alto Sertão II - Outros custos (x)	—	—	—	(28.166)
Complexo Ventus	—	(1.738)	—	—
Subtotal Custo de produção e operação de energia	24	—	—	(28.166)
Gerais e administrativas				
Big Sky (v)	(4.899)	(13.897)	(5.621)	(19.584)
Subtotal Gerais e administrativas	25	(4.899)	(5.621)	(19.584)
Resultado financeiro				
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	17	(2.091)	(6.275)	(7.531)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas	27	435	1.288	1.213
Encargos da dívida - Complexo Ouroeste (viii)	27	—	—	(1.703)
Variação cambial Big Sky (v)	27	41	(439)	(173)
Subtotal Resultado financeiro		(1.615)	(5.426)	(8.194)
Total do resultado		(89.878)	(101.698)	(28.098)

Notas Explicativas



Notas	Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Resultado				
Receita operacional líquida				
Venda de energia - AES Comercializadora (xi)	97.323	175.353	46.463	95.702
Venda de energia - Complexo Cajuína (xiii)	31.819	56.009	—	—
Venda de energia - Complexo Tucano (xii)	—	2.228	733	733
Outras receitas - Complexo Tucano (vi)	833	2.499	—	—
Outras receitas - Complexo Cajuína	610	1.829	—	—
Total Receita operacional líquida	23	130.585	237.918	47.196
Energia elétrica comprada para revenda				
AES Comercializadora (xi)	(180.701)	(243.295)	(56.625)	(97.560)
Complexo Tucano (xii)	(35.586)	(76.856)	(21.087)	(36.478)
Complexo Cajuína (xiii)	(35.401)	(75.608)	(5.213)	(5.215)
Total Energia elétrica comprada para revenda	24	(251.688)	(395.759)	(82.925)
Custo de produção e operação de energia				
Big Sky (v)	(3.404)	(9.651)	(3.901)	(5.137)
GreenAnt	(4)	(27)	—	—
Total Custo de produção e operação de energia	24	(3.408)	(9.678)	(3.901)
Gerais e administrativas				
Big Sky (v)	(4.899)	(13.897)	(5.621)	(19.584)
Resultado financeiro				
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	17	(2.091)	(6.275)	(2.510)
Variação cambial Big Sky (v)		41	(439)	(443)
Total do Resultado financeiro		(2.050)	(6.714)	(2.953)
Total do resultado		(131.460)	(188.130)	(48.204)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024 e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Essas compras foram efetuadas a um preço médio de R\$ 208,36 e montante envolvido 312.814 MWh.

(ii) Refere-se a rateio de despesas de mão de obra própria capitalizadas em imobilizado em curso, do período em que os complexos estavam em construção.

(iii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 16 - Passivo de Arrendamento.

(iv) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

(v) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da Companhia. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.

(vi) Em 03 de setembro de 2020, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III e subsidiárias, *joint venture* do grupo, onde a Companhia será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

(vii) Em 26 de novembro de 2021, o BNDES autorizou a assunção da dívida de financiamento dos parques do Complexo Ventus para a Companhia, mediante a criação de mútuos. Em 06 de janeiro de

Notas Explicativas



2022 estes mútuos entre as partes foram quitados, no montante de R\$210.743. O montante de R\$536 refere-se aos custos diferidos da assunção da dívida de financiamento dos parques do Complexo Ventus para a Companhia.

(viii) Em 06 de janeiro de 2022, a Companhia firmou um contrato de mútuo com as controladas indiretas AGV IV, AGV V e AGV VI. A transação envolve o montante de R\$132.921, sobre o qual incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48% a.a, com vencimento em 06 de janeiro de 2033. O montante foi liquidado em janeiro de 2023.

(ix) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Ventus, Complexo MS e Santos e Complexo Ouroeste, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 12.312 MWm, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE. acrescida sobretaxa de 1,48% a.a, com vencimento em 06 de janeiro de 2033.

(x) Refere-se a indenização por não atendimento da garantia de disponibilidade operacional dos ativos operacionais do Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme previsto em acordo de investimento entre a Companhia e Itaú Unibanco.

(xi) Refere-se a compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Comercializadora. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$116,44 e montante envolvido de 1.505.892 MWh e as compras foram efetuadas a um preço médio de R\$144,79 e montante envolvido de 1.680.304 MWh.

(xii) Refere-se a compra de energia celebrada entre a Companhia e Complexo Tucano para fins de suprimento de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$207,66 e montante envolvido de 198.739 MWh e as compras foram efetuadas a um preço médio de R\$207,51 e montante envolvido de 370.370 MWh.

(xiii) Refere-se a compra de energia celebrada entre a Companhia e Complexo Cajuína para fins de suprimento de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 142,33 e montante envolvido de 700.462 MWh e as compras foram efetuadas a um preço médio de R\$159,82 e montante envolvido de 434.702 MWh.

(xiv) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 24 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos sobre lucros de períodos anteriores, no valor total de R\$200.000, sendo pagos os montantes de R\$50.000 em 25 de setembro de 2024 e R\$50.000 em 11 de outubro de 2024. O saldo restante será pago até o final do exercício social.

28.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Benefícios de curto prazo	107	321	107	324
Total	107	321	107	324

Notas Explicativas

**28.2 Acordo de indenização decorrente de transações e eventos societários**

Em 31 de dezembro de 2015, a antiga Companhia Brasileira incorporou a AES Tietê S.A e, posteriormente, foi objeto de cisão parcial. O acervo líquido contábil da Companhia Brasileira foi vertido para a Brasileira Participações e o da AES Tietê S.A para a AES Tietê Energia S.A, a qual manteve o mesmo CNPJ da Companhia Brasileira (atual AES Brasil Operações).

O protocolo de cisão da antiga Companhia Brasileira estabelecia, dentre outras disposições, a responsabilidade da Brasileira Participações perante a AES Tietê Energia S. A (atual AES Brasil Operações) por reflexos ativos e passivos, materializados ou não, presentes e futuros, relativos ao acervo cindido transferido, inclusive aqueles decorrentes dos processos judiciais e administrativos.

Para este fim, foi assinado um acordo de indenização que estabeleceu os termos, condições e mecanismos de indenização pela Brasileira Participações em favor da antiga AES Tietê Energia (atual AES Brasil Operações) por eventuais perdas incorridas por esta última, relacionadas aos processos judiciais e administrativos existentes e futuros relacionados à parcela cindida.

O acordo de indenização, que resguarda o direito da Companhia ser indenizada em virtude dos passivos atrelados à Brasileira Participações, contempla os processos tributários com probabilidade de perda classificada como possível divulgados na nota explicativa 18.2, uma vez que na qualidade de sucessora legal da antiga Companhia Brasileira, a Companhia deve permanecer solidariamente responsável pelos passivos tributários.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**29.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado					
		30/09/2024		31/12/2023			
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	31.401	31.401	44.858	44.858	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	Nível 2	103.927	103.927	182.834	182.834	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	1.261.935	1.261.935	968.263	968.263	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4		360.180	360.180	337.071	337.071	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		4.933	4.933	17.572	17.572	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	16.334	16.334	—	—	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Cauções e depósitos vinculados	7		433.034	433.034	383.100	383.100	Custo amortizado
Total			2.211.744	2.211.744	1.933.698	1.933.698	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13		202.254	202.254	210.753	210.753	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		4.601.933	4.541.525	4.287.268	4.224.041	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15		1.384.131	1.349.638	1.234.026	1.148.567	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		605.971	605.971	527.555	527.555	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16		111.618	111.618	113.378	113.378	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	88.181	88.181	272.929	272.929	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			158.926	158.926	8.926	8.926	Custo amortizado
Total			7.153.014	7.058.113	6.654.835	6.506.149	

(i) A variação é devido a valorização do Dólar no período, resultando em uma posição ativa em algumas operações de swap de câmbio contratadas pela Companhia.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Notas Explicativas



Instrumentos derivativos

■ Hedge de Fluxo de Caixa

A Companhia contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio e NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de se proteger da exposição à moeda estrangeira.

Os itens protegidos e os instrumentos de *hedge* possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do nocional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros, que protegem os empréstimos com taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do *hedge* não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia concluiu pela efetividade das suas operações de *hedge* firmados em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem à: (i) operações por meio de *cross currency swaps* para proteger a totalidade da exposição cambial dos empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI e (ii) operações por meio de NDF para proteção ao risco cambial referente à exposição gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Ambos itens se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2024:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Nominal (US\$/mil)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	16.334	—	116.122	(14.977)
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	—	59.608	138.169	(39.385)
Março a setembro-2024	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	Dólar	NDF (ii)	—	28.573	78.747	27.754
Total					16.334	88.181		(26.608)

(i) A Companhia contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor nominal de US\$116.122 mil e US\$138.169 mil, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI + 1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI + 1.48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

Notas Explicativas



(ii) A Companhia contratou NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de proteger a totalidade dos recebimentos futuros decorrentes da receita gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Os NDFs foram contratados entre março e setembro de 2024 e o valor *nocional* é de US\$ 78.747 mil, os quais têm seus vencimentos entre agosto de 2024 e junho de 2029. Em 30 de setembro de 2024, o valor justo dos referidos NDFs totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$ 28.573. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A Companhia possui regime de tributação pelo lucro real, dessa forma, constitui impostos fiscais diferidos sobre os efeitos desta operação.

29.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito, risco de gerenciamento de capital, risco de liquidez e risco de mercado, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2024 é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	96.518	169.392	135.328	227.692
Investimentos de curto prazo	3	731.730	629.081	1.261.935	968.263
Contas a receber de clientes	4	259.287	277.500	360.180	337.071
Cauções e depósitos vinculados	7	35.320	44.168	433.034	383.100
Instrumentos financeiros derivativos		16.334	—	16.334	—
Total da exposição		1.139.189	1.120.141	2.206.811	1.916.126

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	5.608.565	5.101.629	5.986.064	5.521.294
Garantias de financiamento	7	(30.091)	(20.399)	(424.271)	(345.852)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(96.518)	(169.392)	(135.328)	(227.692)
Investimentos de curto prazo	3	(731.730)	(629.081)	(1.261.935)	(968.263)
Dívida líquida		4.750.226	4.282.757	4.164.530	3.979.487
Patrimônio líquido		2.626.967	2.897.333	3.701.803	3.934.847
Índice de alavancagem financeira		180,83%	147,82%	112,50%	101,13%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2024, 18,24% (13,25% em 31 de dezembro de 2023) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 2,95 anos (2,88 anos em 31 de dezembro de 2023).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*.

(a.3) Risco de liquidez

Notas Explicativas



A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures”, “Empréstimos e Financiamento” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 30 de setembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	202.254	—	—	—	—	202.254	210.753
Debêntures	78.352	353.409	2.473.790	2.326.107	1.146.086	6.377.744	4.956.337
Empréstimos e Financiamentos	349.294	767.240	733.907	262.224	44.363	2.157.028	2.036.563
Passivo de arrendamento	937	4.628	4.135	15.446	91.275	116.421	117.368
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	158.926	—	—	—	—	158.926	8.926
Total	789.763	1.125.277	3.211.832	2.603.777	1.281.724	9.012.373	7.329.947

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2024.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2024 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de setembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2024 é:

	Notas	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	103.927	182.834
Investimentos de curto prazo	3	1.261.935	968.263
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(5.933.375)	(5.450.849)
Total da exposição líquida		(4.567.513)	(4.299.752)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base

Notas Explicativas



utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30/09/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,84%	8,75%	11,67%	14,59%	17,51%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	103.927	6.069	9.094	12.128	15.163	18.198
Investimentos de curto prazo	CDI	1.261.935	73.697	110.419	147.268	184.116	220.965
Impacto no resultado			79.766	119.513	159.396	199.279	239.163
			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 30/09/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,04%	3,06%	4,08%	5,10%	6,12%
Ressarcimento - ativo	IPCA	4.933	101	151	201	252	302
Ressarcimento - passivo	IPCA	(605.971)	(12.362)	(18.543)	(24.724)	(30.905)	(37.085)
Impacto no resultado			(12.261)	(18.392)	(24.523)	(30.653)	(36.783)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30/09/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,84%	8,75%	11,67%	14,59%	17,51%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.386.063)	(95.616)	(136.354)	(177.232)	(218.109)	(258.987)
Scotiabank 4131 - AES Operações (ii)	CDI	(1.384.131)	(102.808)	(143.690)	(184.713)	(225.736)	(266.759)
10ª Emissão - AES Operações	CDI	(776.945)	(57.708)	(80.657)	(103.684)	(126.711)	(149.738)
Impacto no resultado			(256.132)	(360.701)	(465.629)	(570.556)	(675.484)
IPCA			2,04%	3,06%	4,08%	5,10%	6,12%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(13.544)	(1.328)	(1.477)	(1.625)	(1.774)	(1.923)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(23.076)	(2.324)	(2.578)	(2.832)	(3.086)	(3.339)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(197.713)	(16.178)	(18.317)	(20.455)	(22.593)	(24.731)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(865.590)	(59.259)	(68.504)	(77.749)	(86.994)	(96.238)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(247.279)	(16.929)	(19.570)	(22.211)	(24.852)	(27.493)
11ª Emissão - AES Operações	IPCA	(627.805)	(54.383)	(61.202)	(68.021)	(74.841)	(81.660)
Outros	IPCA	(32.510)	(663)	(995)	(1.326)	(1.658)	(1.990)
Impacto no resultado			(151.064)	(172.643)	(194.219)	(215.798)	(237.374)
TJLP			3,74%	5,61%	7,48%	9,35%	11,22%
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(127.423)	(7.330)	(9.759)	(12.187)	(14.617)	(17.046)
BNDES - AES Operações	TJLP	(138.714)	(8.944)	(11.605)	(14.266)	(16.929)	(19.590)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(112.582)	(6.757)	(8.908)	(11.058)	(13.210)	(15.361)
Impacto no resultado			(23.031)	(30.272)	(37.511)	(44.756)	(51.997)
Total da exposição líquida		(5.933.375)	(362.722)	(462.495)	(562.486)	(662.484)	(762.475)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

(ii) Os empréstimos captados no exterior por meio de *swaps* de câmbio trocaram a totalidade do risco de juros e variação cambial por CDI.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacará junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Notas Explicativas



Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

Risco de moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes dos empréstimos em moeda estrangeira, contrataram instrumentos financeiros derivativos de *swap* de câmbio. Para o período de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram risco de moeda estrangeira.

A Companhia, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em recebimentos futuros, contratou instrumentos financeiros derivativos *Non-Deliverable Forward* (NDF).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com o uso de cenários e projeções estão apresentados abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30/09/2024	Projeção Patrimônio Líquido - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Scotiabank 4131 - AES Operações 1ª série SWAP	Dólar	16.334	(310.706)	(156.643)	(68.592)	151.482	305.544
Scotiabank 4131 - AES Operações 2ª série SWAP	Dólar	(59.608)	(457.361)	(273.348)	(167.407)	94.676	278.689
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(28.573)	199.031	95.659	(7.713)	(111.085)	(214.458)
Impacto no Patrimônio Líquido		(71.847)	(569.036)	(334.332)	(243.712)	135.073	369.775

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Compensações de PIS e COFINS	15.456	—	18.895	817
Compensações de IRPJ e CSLL	—	—	—	61
Compensações de ICMS	138.727	172.344	163.729	197.375
Total	154.183	172.344	182.624	198.253

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(301.867)	(277.289)	(307.803)	(259.576)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	(8.136)	(18.189)	(22.151)	(57.735)
Total de pagamento de juros	(310.003)	(295.478)	(329.954)	(317.311)

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

Notas Explicativas



Aquisições de ativo imobilizado e intangível
Total

Controladora		Consolidado	
01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
326	1.237	3.402	(1.373)
326	1.237	3.402	(1.373)

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Notas	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.101.629	8.926	5.110.555	5.521.294	8.926	5.530.220
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	15 600.000	—	600.000	600.000	—	600.000
Pagamentos de principal	15 (269.718)	—	(269.718)	(316.274)	—	(316.274)
Diferimento custos de transação	15 (20.522)	—	(20.522)	(22.361)	—	(22.361)
Pagamento de encargos financeiros (i)	15 (301.867)	—	(301.867)	(307.803)	—	(307.803)
Juros capitalizados	27 (8.136)	—	(8.136)	(22.151)	—	(22.151)
Pagamentos de dividendos	—	(50.000)	(50.000)	—	(50.000)	(50.000)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	15 291.986	—	291.986	315.389	—	315.389
Variação monetária	15 61.866	—	61.866	64.643	—	64.643
Variação cambial	15 153.327	—	153.327	153.327	—	153.327
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	—	—	—	—	—	—
Destinação de dividendos	—	200.000	200.000	—	200.000	200.000
Saldos em 30 de setembro de 2024	5.608.565	158.926	5.767.491	5.986.064	158.926	6.144.990

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Operações S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Operações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

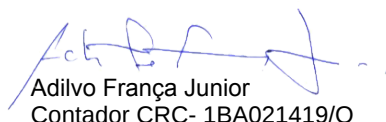
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de outubro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- 2SP034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Operações S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.194.724/0001-13, com sede na rodovia SP 294, Comandante João Ribeiro de Barros, KM 348, Distrito Industrial Cláudio Guedes Misquiati, sala 07, cidade de Bauru, estado de São Paulo, CEP: 17064-868 nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2024.

São Paulo, 30 de outubro de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Operações S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.194.724/0001-13, com sede na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, s/n, Distrito Industrial Marcus Vinicius Feliz Machado, CEP 17039-800, Km 343+95, Sala 07, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2024.

São Paulo, 30 de outubro de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente